

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**NÍVEL MESTRADO**

**Sarah Pereira Soares**

**Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente: um estudo a partir de um campo – a  
sociologia do desenvolvimento**

**Goiânia, GO**  
**Julho, 2011**

**Sarah Pereira Soares**

**Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente: um estudo a partir de um campo – a sociologia do desenvolvimento**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado), Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.**

**Orientador: Prof. Dr. Francisco Chagas Evangelista Rabêlo**

**Goiânia, GO**

**Julho, 2011**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Sarah Pereira Soares**

**Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente: um estudo a partir de um campo – a sociologia do desenvolvimento**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado), Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.**

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Francisco Chagas Evangelista Rabêlo**  
**Faculdade de Ciências Sociais - UFG (Orientador)**

---

**Prof. Dr. Jordão Horta Nunes**  
**Faculdade de Ciências Sociais - UFG**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Genilda D'arc Bernardes**  
**UniEVANGÉLICA**

---

**Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges**  
**Faculdade de Ciências Sociais – UFG (Suplente)**

**Aprovada em:**  
**Local do Exame:**

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre incentivou meus objetivos acadêmicos, dando-me força para prosseguir nos estudos do mestrado nos momentos mais aflitivos pelos quais passei.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade de mais uma conquista, por me amparar, me dar força interior para superar as dificuldades e mostrar o caminho nas horas incertas.

Aos meus pais, Onofre e Simiramí e, ao meu irmão, Ernâni, pelo apoio, dedicação, carinho e compreensão, que me dispensaram nesses anos de estudos, nos quais muitas vezes não pude lhes dar atenção.

Ao professor Francisco Rabelo, meu orientador desde a graduação em Ciências Sociais, minha admiração e gratidão, por sua competência profissional, pela paciência e receptividade, pelo estímulo dado nos momentos mais difíceis da pesquisa e da construção desta dissertação. Com seus comentários e sugestões sempre pertinentes enriqueceu este trabalho.

Aos professores Jordão Horta Nunes e Genilda D'arc Bernardes, que aceitaram o convite para participar da banca de defesa desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que compartilharam seus conhecimentos e reflexões. Em especial, os professores Jordão Horta Nunes e Pedro Célio Alves Borges, participantes da banca de qualificação que apresentou críticas e sugestões importantes ao texto ora apresentado.

Aos meus colegas da Pós-Graduação, pelo convívio e aprendizado. Em especial, Marcos Cristiano e Janos Biro que me auxiliaram com os softwares necessários para se fazer a análise dos textos.

À Lúbia, por estar presente em suas sugestões; por seus préstimos e, em especial pela amizade.

Aos amigos que não foram citados aqui, mas que me incentivaram e compartilharam comigo minhas principais angústias em relação a este trabalho.

À CAPES, pela bolsa concedida, que me possibilitou dedicar integralmente a pesquisa e a construção da dissertação.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esta dissertação se tornasse uma realidade.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                 |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                                                                                                                                 | 08 |
| Capítulo 1: Sociologia do conhecimento e sociologia da ciência: contribuições de Mannheim Merton e Bourdieu para o estudo da sociologia do desenvolvimento..... | 17 |
| 1. A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim.....                                                                                                           | 17 |
| 2. Robert Merton e as normas institucionais da ciência.....                                                                                                     | 18 |
| 3. O campo científico de Pierre Bourdieu.....                                                                                                                   | 21 |
| 4. Análise comparativa entre Mannheim, Merton e Bourdieu.....                                                                                                   | 22 |
| Capítulo 2: A sociologia do desenvolvimento enquanto campo.....                                                                                                 | 28 |
| 1. A sociologia brasileira e a sociologia do desenvolvimento.....                                                                                               | 28 |
| 2. O subdesenvolvimento enquanto categoria histórica.....                                                                                                       | 32 |
| 3. Cepal: tentativa de remover o subdesenvolvimento da região latino americana e o surgimento da teoria da dependência.....                                     | 35 |
| Capítulo 3: Sociologia do desenvolvimento: continuidades e descontinuidades do desenvolvimentismo.....                                                          | 44 |
| 1. Dos contrastes da estrutura social à sociologia dos contrastes.....                                                                                          | 44 |
| 2. As antinomias do desenvolvimentismo.....                                                                                                                     | 49 |
| 3. Para além do desenvolvimentismo: desenvolvimento e dependência.....                                                                                          | 58 |
| Considerações finais.....                                                                                                                                       | 67 |
| Referências bibliográficas.....                                                                                                                                 | 76 |
| Anexo.....                                                                                                                                                      | 80 |

## RESUMO

A questão do desenvolvimento, durante os anos 50 e 60, foi amplamente discutida nas ciências sociais sendo abordada por vários autores sob diferentes perspectivas. Hoje, o desenvolvimento humano e social é pensado sob a ótica de um novo contexto social e econômico. Contudo, acredita-se que não se pode desprezar a força interpretativa dos conceitos elaborados pelos teóricos deste período. Nesse sentido, a presente dissertação se propôs a estudar desenvolvimento, modernidade e meio ambiente a partir da produção intelectual da sociologia do desenvolvimento. Com isso, buscou-se refletir sobre os conceitos elaborados por diferentes autores para explicar o desenvolvimento, cuja produção é produto de um campo de conhecimento em relação com as condições sociais, econômicas e culturais que propiciaram seu surgimento e, também resgatar a atualidade dessa literatura, isto é, perceber de que maneira as questões envolvidas no tema do desenvolvimento, como a preocupação com o meio ambiente, já estavam presentes nessa produção intelectual.

**Palavras-chave:** desenvolvimento. modernidade. meio ambiente. sociologia do desenvolvimento.

## ABSTRACT

The issue of development, during the years 50 and 60, was widely discussed in the social sciences and was addressed by several authors from different perspectives. Today, the human and social development is thought from the perspective of a new social and economic context. However, it is believed that one cannot disregard the interpretive strength of the concepts developed by theorists of this period. In this sense, this paper set out to study development, modernity and the environment from the intellectual production of the sociology of development. With that, we tried to reflect about the concepts formulated by different authors to explain the development, whose production results of a field of knowledge in accordance with to the social, economic and cultural conditions which bring about its emergence and also rescue the present time of this literature, that is, have understand of how the issues involved in the issue of development, such as concern for the environment were already present in this intellectual production.

**Keywords:** development. modernity. environment. sociology of development.

## INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por vários acontecimentos, entre os quais se destacam as Grandes Guerras Mundiais. A partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial o progresso atingiu dimensões sempre maiores, e a expansão do capitalismo propagava a noção de desenvolvimento em todo o globo.

Segundo Castles (2002) a idéia de desenvolvimento é o estágio mais recente da noção iluminista de progresso humano enquanto processo contínuo de expansão interna e externa assente em valores de racionalidade, secularização e eficiência. Essa afirmação possibilita entender em qual contexto histórico e sócio-cultural surge a noção de desenvolvimento. Sendo o iluminismo, e suas ramificações filosóficas – aposta na razão humana e na ciência – impulsor da modernidade, logo a idéia de desenvolvimento também está vinculada a era moderna, que se origina, de acordo com os historiadores, com as conquistas territoriais dos europeus, a princípio no interior da Europa e depois em outros continentes. Essas conquistas propiciaram a contínua expansão interna e externa, ou seja, o desenvolvimento.

A expansão interna refere-se ao crescimento econômico, à industrialização, a melhorias na administração, a governos fundados na competência e no consentimento popular e não no direito divino — resumindo, ao desenvolvimento do estado-nação capitalista moderno. A expansão externa refere-se, por sua vez, à colonização européia do resto do mundo, com a conseqüente difusão dos valores, das instituições e das tecnologias ocidentais (CASTLES, 2002, p.126).

O paradigma da modernidade se estabelece em meio à rigidez de uma razão explicativa de mundo absoluta, sistematizada e organizada sob a égide da perspectiva teocêntrica. O sistema de produção industrial, por ser o mais eficiente e lucrativo, se torna rapidamente a própria expressão da evolução capitalista e, ideologicamente por extensão, do progresso da humanidade (GIULIANI, 1999).

Era preciso, pois, que os países subdesenvolvidos, ex-colônias, cuja colonização tornou possível o desenvolvimento dos países ocidentais alcançassem o modelo de economia e sociedade destes para se inserirem na modernidade, isto é, era necessário incorporar a noção de desenvolvimento dos países ocidentais desenvolvidos.

Nesse sentido o projeto sociocultural da modernidade que se solidificou ao longo dos séculos XVII e XVIII tem grande relevância, porque traz a promessa de abrir caminho para as sociedades subdesenvolvidas conquistarem as benesses da modernidade (MACHADO, 2005).

O projeto sociocultural da modernidade ancora-se em dois pilares, quais sejam: pilar da regulação e o pilar da emancipação, e cada um desses pilares constituídos por três princípios. O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, cuja articulação se

deve principalmente a Hobbes<sup>1</sup>; pelo princípio do mercado, dominante, sobretudo, na obra de Locke<sup>2</sup>; e pelo princípio da comunidade, cuja formulação domina toda a filosofia política de Rousseau<sup>3</sup>. O pilar da emancipação é constituído por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. Esses dois pilares do projeto da modernidade, e seus respectivos princípios e racionalidades, se articulam internamente, são ligados por cálculos de correspondência. Assim, o princípio do Estado relaciona-se com a racionalidade moral prática, o princípio do mercado com a racionalidade cognitivo-instrumental e o princípio da comunidade com a racionalidade estético-expressiva (SOUSA SANTOS, 2005, p.77).

O convívio entre os princípios e lógicas da modernidade, entretanto, apresenta problemas, os quais são inerentes à própria lógica do capitalismo, isto é, esse sistema de produção altera profundamente as relações sociais a partir do momento em que as técnicas de dominação e opressão atingem a subjetividade humana através do processo de reificação, no qual o trabalho humano se transforma em mercadoria. A razão passa a ser sinônimo de poder e dominação de uma parcela reduzida sobre a grande massa da população.

Assim, o projeto da modernidade apresenta uma violenta contradição, pois em virtude do desenvolvimento ímpar do princípio do mercado, ocorre uma atrofia do princípio da comunidade, isto é, a incompatibilidade entre as bases do projeto da modernidade está, mais do que nunca, visível, pois como equilibrar solidariedade e identidade; justiça e autonomia; e igualdade e liberdade quando a lógica reinante está centrada no princípio do “laissez faire”?

Segundo Sousa Santos, a lógica da racionalidade cognitivo-instrumental desenvolve,

---

<sup>1</sup> Hobbes é a referência para a construção do princípio do Estado em virtude de ter assinalado, pela primeira vez, a necessidade de um contrato de base jurídica que visasse superar a instabilidade flutuante do poder do Rei no período medieval, e por intermédio desse contrato os súditos concederiam o poder a um terceiro (homem ou assembléia) que se responsabilizaria por estabelecer as regras que superariam o estado de natureza, marcado pela insegurança e violência.

<sup>2</sup> As idéias fundadoras do pensamento de Locke irão alicerçar o Princípio do Mercado, pois para ele a propriedade já existe no estado de natureza e, sendo uma instituição anterior à sociedade, é um direito natural do indivíduo que não pode ser violado pelo Estado.

<sup>3</sup> O Princípio da Comunidade terá orientação nas idéias de Rousseau que se transformou no mais veemente defensor da liberdade do homem afirmando, em sua obra O Contrato Social, que os homens nascem livres e são constantemente aprisionados. Em virtude disso, Rousseau propõe um instrumento que consolide essa liberdade, pois os homens devem encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, unindo-se a todos, só obedece, contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre como antes.

em virtude do fantástico aprimoramento da ciência e da técnica, um potencial de eliminação da autonomia de países de periferia ou semiperiferia que não se encontram enquadrados nos princípios determinados como "desenvolvimento", sendo então, compelidos a aceitar as regras estabelecidas pelos países do centro hegemônico. Essa situação tem levado a um inconformismo combinado com uma crítica aprofundada da epistemologia da ciência moderna, contribuindo, assim, para a emergência de um novo paradigma - o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente.

Nessa perspectiva, Machado (2005) argumenta que a falência do Projeto Sócio-Cultural da Modernidade contribuiu para o arrefecimento do discurso do desenvolvimento. Tornava-se necessário a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo àquele dominante na esfera mundial.

As críticas à organização social e econômica responsável pela devastação social, isto é, pela exploração e o empobrecimento dos homens e à organização técnico-produtiva, a indústria, responsável pela devastação da natureza aparecem nos anos de 1950, quando surgem as primeiras manifestações organizadas contra os elementos técnico-produtivos como sendo perigosos para a vida dos homens (GIULIANI, 1999).

Para Sousa Santos (2005) o arrefecimento do paradigma cultural da modernidade é complexo porque é em parte um processo de superação e em parte um processo de obsolescência. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas e, de resto, cumpriu-as em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade está irremediavelmente incapacitada de cumprir outras das suas promessas.

As contradições endógenas ao sistema capitalista produzem não somente crises internas, mas são motores de críticas contundentes que se constituem para além do sistema como, por exemplo, os movimentos contestatórios que surgem a partir da década de 1960, entre os quais, o movimento estudantil de 1968. Nesse período as sociedades, descrentes, pelo não cumprimento da promessa das benesses da modernidade, manifestam a consciência de uma priorização da modernidade tecnológica em detrimento da modernidade emancipadora.

Na década de 1970, a problemática ambiental se intensifica e se propaga no cenário mundial. É também nesse período que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) discute os caminhos adequados para superar as perversidades produzidas pelas estratégias de desenvolvimento e encara os desafios colocados em torno da relação meio ambiente e desenvolvimento. As estratégias discursivas vinculadas à noção de desenvolvimento sustentável surgem então.

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, declara que é “tarefa fundamental da humanidade e dever de todos os governos a proteção do meio ambiente humano, natural ou artificial, em benefício das gerações atuais e futuras” (MACHADO, 2005, p.185). Este é o primeiro marco no processo de cisão do discurso do desenvolvimento.

Na revitalização do discurso do desenvolvimento novos estudos e teorias foram elaborados com o intuito de traçar um novo paradigma para o desenvolvimento econômico, onde estariam presentes outros aspectos além do econômico. Nesse contexto, apresenta-se uma nova disciplina sociológica – a sociologia ambiental.

Segundo Lima e Portilho (2001) a sociologia ambiental, enquanto iniciativa científica e acadêmica, surge a reboque dos movimentos de contestação à depredação dos recursos naturais e da constatação científica das conseqüências ambientais destrutivas resultantes dos processos de crescimento econômico, associados ao uso de tecnologias ambientalmente predatórias, além de urbanização caótica, crescimento demográfico exponencial, aprofundamento de desigualdades sociais e de estilos de vida, produção e consumo característicos do desenvolvimento industrial.

A iniciativa de introduzir o debate e a dimensão ambientais no interior da sociologia surgiu como uma resposta à intensificação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da expansão econômica ou à reação social deflagrada por essas evidências de degradação.

Com relação ao período de formação da disciplina, Buttel, um dos fundadores da sociologia ambiental, destaca a importância da contribuição pioneira da sociologia rural e outras sociologias especiais que tentam tanto cobrir a lacuna teórica da tradição clássica com relação às questões ambientais, quanto criar um locus institucional para o desenvolvimento da nova disciplina. Segundo esse autor, a sociologia ambiental, em grande medida, não surgiu como uma disciplina nova, mas sim dentro de outras disciplinas pré-existentes como um amálgama que integrava, em ordem de importância, a sociologia rural, a sociologia de comunidades, a sociologia do desenvolvimento, a teoria dos movimentos sociais e a ecologia humana (BUTTEL apud LIMA; PORTILHO, 2001).

Logo, parte-se do pressuposto de que a criação de uma disciplina sociológica específica para tratar da questão ambiental surge do agravamento dos problemas ambientais, o que implica também a necessidade da articulação entre as ciências, interdisciplinaridade, a fim de formular respostas para a complexidade da vida moderna.

A produção intelectual da sociologia do desenvolvimento, no período de 1950-1969,

constitui objeto de pesquisa desta dissertação, em que se propõe estudar desenvolvimento, modernidade e meio ambiente nesse campo científico. A escolha desse período se deve ao fato de que, de acordo com o que foi exposto anteriormente, este período compreende tanto o auge do desenvolvimento e do progresso quanto à tomada de consciência de que o modelo de desenvolvimento vigente já não era tão eficaz, precisando-se construir um modelo de desenvolvimento alternativo, o qual deveria incorporar a questão ambiental. Sabendo-se que a problemática socioambiental se intensifica a partir dos anos 70, exigindo da sociologia a criação de uma nova disciplina - sociologia ambiental - que a tratasse de forma específica, o intuito da dissertação não é eleger a questão ambiental como problema central da sociologia do desenvolvimento, mas levantar em que medida este aspecto já tinha sido abordado por essa disciplina, pois conforme fora dito, desde os anos 50, a preocupação socioambiental já estava presente e, a própria constituição da disciplina sociologia ambiental mostra que as questões socioambientais já tinham se tornado preocupação para a sociologia.

Segundo Machado (2005), a discussão em torno da construção de um modelo de desenvolvimento alternativo envolve pontos relevantes: a) houve um movimento de transposição para a questão ambiental de parte dos elementos constitutivos da questão social; b) para os países subdesenvolvidos a carência de desenvolvimento é que produz efeitos negativos sobre o meio ambiente enquanto que para os países desenvolvidos esses efeitos são resultado de uma tecnologia que ainda não estava suficientemente aprimorada; c) era necessário um novo paradigma para o desenvolvimento econômico, onde estariam presentes outros aspectos além do econômico. Como esses elementos aparecem na teoria dos autores da sociologia do desenvolvimento?

Figueiredo (1978) argumenta que entre as perspectivas teórico-metodológicas do desenvolvimento encontram-se a desenvolvimentista e a da dependência. Seguindo esse critério, abordar-se-ão textos de três autores da sociologia do desenvolvimento: Jacques Lambert que pertence à abordagem desenvolvimentista e, André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso que pertencem à abordagem da dependência, o primeiro concentra-se na análise dos aspectos externos da dependência e o último nos aspectos interno/externos.

Os autores a serem analisados: Jacques Lambert (1970[1959]), André Gunder Frank (1975[1967]) e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004[1969]) apresentam, cada um a seu modo, teorias que expressam essa discussão.

Para Lambert (1970) é preciso remover os obstáculos que impedem os países subdesenvolvidos de se desenvolverem nos moldes das sociedades desenvolvidas, ou seja, é

preciso que a sociedade subdesenvolvida, dualista, composta por dois “pólos”: um moderno, industrializado, com elevada renda *per capita*, e outro arcaico, agrário, de baixa renda individual, elimine esse pólo arcaico, pois a carência de desenvolvimento é um obstáculo para o meio ambiente.

Já Gunder Frank atesta que o subdesenvolvimento é resultado do desenvolvimento: “a incorporação de terras e povos num sistema mundial de expansão mercantilista e mais tarde capitalista é que iniciou a princípio o seu subdesenvolvimento” (FRANK, 1975, p. 138). A pobreza, que conseqüentemente causa degradação ambiental, resulta da colonização da metrópole mercantil em várias regiões com o intuito de “explorá-las pelo estabelecimento de minas, de plantações de cana e de fazendas de gado exclusivamente comerciais” (FRANK, 1975, p. 139).

Cardoso e Faletto (2004), por sua vez, defendem que o paradigma do desenvolvimento não pode ser construído apenas pelo prisma econômico, é necessário ver outros aspectos. Assim, os autores buscam esclarecer o subdesenvolvimento dos países latino-americanos como resultado de aspectos internos e externos da dependência. Nesse sentido, a dependência é analisada a partir das diferenças de estrutura e história dentro das nações dependentes e do relacionamento que o sistema nacional, dessas nações, mantém com o sistema capitalista como um todo. Trata-se de buscar uma perspectiva que permita vincular os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais. Isto é, explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, onde o poder econômico se expresse como dominação social, ou seja, como política.

Como se viu a idéia de desenvolvimento está vinculada ao progresso da ciência e à era moderna e, por conseguinte, quando o projeto sociocultural da modernidade arrefece, a ciência também é posta em questão, surgindo novos estudos e teorias com o intuito de traçar um novo paradigma para o desenvolvimento econômico. A sociologia do desenvolvimento, como uma das disciplinas que se propõe a estudar o desenvolvimento, apresenta diferentes abordagens de acordo com os autores das diversas teorias.

Analisar as diferentes abordagens que tratam a noção de desenvolvimento e a maneira como nela está presente a questão do meio ambiente possibilita compreender a contribuição dos teóricos da sociologia do desenvolvimento tanto no discurso do desenvolvimento quanto na formulação de um modelo de desenvolvimento alternativo (desenvolvimento sustentável). Embora o discurso do desenvolvimento sustentável, nesse período (1950-1969), não estivesse configurado como nos dias atuais – como modelo de desenvolvimento predominante – e

muitas das questões ambientais discutidas hoje ainda não estivessem presentes, acredita-se que não se pode desprezar a força interpretativa dos conceitos elaborados pelos autores desse período.

Sabe-se que hoje até mesmo a noção de desenvolvimento sustentável, que surgiu para solucionar as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista, é questionada por ser considerada ambígua, podendo tanto afirmar a racionalidade moderna quanto ter a promessa de negá-la. Essa nova proposta de desenvolvimento, portanto, não nos conduz a um determinismo, em vez disso, nos remete a problemática da imprecisão, da incerteza, da complexidade.

A presente dissertação se justifica por ser uma tentativa de contribuir com a discussão atual sobre a crise do paradigma social e do paradigma do conhecimento científico.

O esclarecimento, a partir de uma perspectiva sociológica, da ambigüidade presente na noção de desenvolvimento sustentável, foi possível com a realização da pesquisa empreendida nessa dissertação. Analisar a noção de desenvolvimento que a literatura da sociologia do desenvolvimento possui e como nela está presente a questão ambiental levou a uma reflexão tanto da noção de desenvolvimento como da própria sociologia, enquanto ciência. Nesse sentido, pôde-se perceber claramente um aspecto da modernidade: a reflexividade. Esta, segundo Domingues (2001), conjuga simultaneamente uma reinterpretação do significado do passado e das possibilidades do futuro. Assim, no plano teórico, esta dissertação não apenas reinterpreto as análises da sociologia do desenvolvimento, mas também será uma contribuição com pesquisas sobre teoria social e sobre sua importância para analisar os impasses da modernidade.

Pressupõe-se que investigar sociologicamente a produção dos sociólogos do desenvolvimento é ao mesmo tempo refletir sobre os conceitos da sociologia para explicar o desenvolvimento, modernidade e meio ambiente e reconhecer essa produção como um produto de um campo de conhecimento em relação com as condições sociais, econômicas e culturais que propiciaram seu surgimento.

O vínculo entre o conhecimento produzido pelo homem e sua própria existência foi discutido por vários autores que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da sociologia do conhecimento, entre eles, Karl Marx, Friederich Engels, Emile Durkheim, Max Scheler e especialmente Karl Mannheim. Embora haja divergências em seus pensamentos, estes autores remetem-se a uma concepção segundo a qual o conhecimento não é determinado imanentemente, podendo, em alguns aspectos ser explicado por fatores extracognitivos,

originando-se de uma base existencial<sup>4</sup>.

O estudo da ciência, como uma das formas de conhecimento, suscitou o surgimento da sociologia da ciência. A nova disciplina científica, um ramo da sociologia do conhecimento, fundada pelos estudos de Robert King Merton, desenvolveu-se consideravelmente com a contribuição de escolas e teorias variadas, entre as quais se destaca a sociologia da ciência de Pierre Bourdieu. À vista disso, a sociologia do conhecimento bem como a sociologia da ciência são o referencial teórico-metodológico para se empreender o estudo da produção intelectual da sociologia do desenvolvimento.

O primeiro capítulo da dissertação analisa comparativamente as concepções de Robert King Merton e Pierre Bourdieu, dois autores importantes, pelas suas teorias, que contribuem na fundamentação da sociologia da ciência. Dada a importância da sociologia do conhecimento na gênese da sociologia da ciência, faz-se necessário incorporá-la nessa análise.

Para os fins deste trabalho, os comentários da Sociologia do Conhecimento deter-se-ão aos estudos de Mannheim. Assim, pretende-se tanto salientar a contribuição do autor para a análise do objeto de pesquisa – produção intelectual dos sociólogos do desenvolvimento – quanto mostrar a sua influência na sociologia da ciência, em especial a sociologia de Robert Merton e Pierre Bourdieu.

Sabe-se que há diferenças relevantes entre esses autores, contudo acredita-se que uma aproximação de suas perspectivas pode ser traçada em função da importância que atribuem ao condicionamento social da produção do conhecimento.

Em face das desigualdades de tratamento, dada pelos autores a esta questão, optou-se por uma apresentação em separado de suas abordagens, para depois confrontá-las. No desenvolvimento do texto, em primeiro lugar expõe-se, de forma breve, o pensamento de Mannheim, Merton e Bourdieu. A seguir, estabelece-se uma comparação entre as concepções dos autores, colocando seus argumentos lado a lado, no intuito de desvelar possíveis semelhanças e diferenças entre eles. Por fim, é feito um balanço das perspectivas apresentadas no sentido de avaliar suas contribuições para o estudo sobre a sociologia do desenvolvimento.

No segundo capítulo da dissertação desenvolve-se um quadro compreensivo, que constrói o perfil dos autores da sociologia do desenvolvimento. Assim, a primeira tarefa metodológica necessária, para empreender o estudo do campo da sociologia do

---

<sup>4</sup> Este ponto é fortemente acentuado por Robert K. Merton. Segundo o autor, no paradigma da sociologia do conhecimento, a base existencial é um dos tópicos centrais localizando-se, de acordo com a perspectiva de análise, na classe social, no *ethos* comum, na geração, na mobilidade social, ou em outros fatores.

desenvolvimento, compreende os principais aspectos das teorias dos autores: a noção de desenvolvimento que possui cada autor, a sua preocupação de origem, a sua filiação teórica, o contexto histórico-social da produção teórica e o modo de aplicação desta. Isto contribui com a análise dos textos de Jacques Lambert, Fernando Henrique Cardoso e André Gunder Frank, objeto do terceiro capítulo da dissertação, que foi feita empregando-se simultaneamente a análise de conteúdo, “pesquisa técnica cuja finalidade consiste em fazer inferências através da identificação sistemática e objetiva de características especificadas no interior do texto” (STONE, 1987, p.317) e a análise de discurso, cujo postulado diz que se constituirá um discurso o texto produzido em marcos de instituições, em um contexto interdiscursivo específico e revelador de condições históricas, sociais e intelectuais (FOUCAULT, 2003).

Sabendo-se que não há conhecimento neutro, que este é produzido em um contexto específico, a investigação sociológica mostra a proposta de desenvolvimento de cada autor, o contexto histórico social de suas produções bem como a posição que ocuparam na sociedade. Acredita-se que isso possibilita apreender as perspectivas dos teóricos, as quais de acordo com Mannheim são produzidas na relação dialética entre sujeito e sociedade; e compreender como está configurada a luta entre os teóricos da sociologia do desenvolvimento para impor uma definição científica de desenvolvimento.

Para realizar a análise dos textos foi usado o programa de análise qualitativa ATLAS.ti<sup>5</sup>. O programa utiliza o mecanismo de catalogação e relacionamento de códigos, conceitos chave criados e atribuídos pelo pesquisador a segmentos de texto em vista de seu entendimento, gerando metatextos, a partir dos segmentos analisados e codificados previamente, e assim auxiliando na interpretação e compreensão dos textos, formando-se unidades semânticas (HU- *Hermeneutic Unit*). Nesse sentido, destaca-se que foram formadas três unidades semânticas, uma para o texto de cada autor. Assim, o terceiro capítulo desta dissertação foi produzido a partir da interpretação dos resultados contidos nas unidades semânticas (ver anexo , p.80).

Ao final, a discussão sobre os conceitos de desenvolvimento, modernidade e meio ambiente foram retomadas a fim de se verificar em que medida a proposta do desenvolvimento sustentável apresenta rupturas e continuidades com as propostas de desenvolvimento defendidas pelos teóricos da sociologia do desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> O Atlas. ti é um software de análises lexográficas desenvolvido por Thomas Muhr na Universidade Técnica de Berlim no âmbito do projeto ATLAS (1989-1992) e lançado pela empresa "Scientific Software Development"(MUHR, 2004).

## CONTRIBUIÇÕES DE MANNHEIM, MERTON E BOURDIEU PARA O ESTUDO DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

### 1. A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim

Karl Mannheim foi um dos autores mais relevantes no âmbito da sociologia do conhecimento. Para o autor “a sociologia do conhecimento se atribui a tarefa de resolver o problema do condicionamento social do pensamento, reconhecendo ousadamente essas relações entre o conhecimento gerado pelo homem e sua própria existência, trazendo-as para o horizonte da própria ciência e usando-as para verificar as conclusões de nossa pesquisa” (MANNHEIM, 1976, p.286). Isso não significa dizer, porém, que a sociologia do conhecimento fundamenta-se em ideologias humanas. Pois, apesar de ser a teoria da ideologia fundamental para a compreensão de uma série de variações da captação do conhecimento humano, ela se restringe a uma concepção particular que se refere apenas a afirmativas específicas que podem ser consideradas dissimulações, falsificações ou mentiras, não levando em consideração a estrutura mental total do sujeito que as enuncia.

Logo, o autor ressalta a diferença entre a teoria da ideologia e a sociologia do conhecimento:

O estudo das ideologias se atribui a tarefa de desvendar os enganos e disfarces mais ou menos conscientes dos grupos de interesse humanos, especialmente os dos partidos políticos. A Sociologia do Conhecimento não está tão interessada nas distorções devidas aos esforços deliberados de iludir, mas nos modos variados segundo os quais os objetos se apresentam ao sujeito, de acordo com as diferenças das conformações sociais (MANNHEIM, 1976, p.287).

Por conseguinte, na sociologia do conhecimento, a simples teoria da ideologia que se preocupava em desqualificar o pensamento do adversário cede lugar à concepção total de ideologia, onde é a estrutura total de sua consciência que é questionada (RABÊLO, 1993, p.29). Por não ter intenção moral ou denunciadora, o termo “ideologia”, na teoria mannheimiana, é substituído por “perspectiva” do pensador. “Perspectiva” significa a maneira pela qual se vê um objeto, o que se percebe nele, e como alguém o constrói em pensamento. Nesse sentido, o processo de obtenção de conhecimento tem na atuação dialética entre sujeito e sociedade sua formação. O pensamento humano (perspectiva) nunca poderá estar desvinculado dos modos e lugares de apreensão particulares de seu sujeito.

É evidente, pois sua crítica a razão a-histórica e sua opinião sobre a natureza histórica do conhecimento<sup>6</sup>. O pressuposto metodológico da não-valorização passa a ser ele próprio uma orientação valorativa, a *Weltanschauung* incorpora a história, vista como transitória e, portanto, sem sentido último (não valorativo), visto que o constante fluxo da realidade impõe sua valorização (RABÊLO, 1993, p.30).

Outro aspecto da sociologia do conhecimento mannheimiana que está embutido no anterior é o relacionismo. O conceito de conhecimento relacional foi usado para abordar a questão da validade do conhecimento histórico-social. Nesse sentido, Mannheim procurou demonstrar a relevância dos valores e da estrutura social na formação de conceitos e pontos de vistas, isto é, o conhecimento é sempre produzido de acordo com uma situação social. Segundo o autor, o caráter relacional consiste em “mostrar como certos suportes intelectuais acham-se vinculados a certas formas de experiência, delineando a íntima interação entre as duas no curso da mudança intelectual e social” (MANNHEIM, 1976, p.107). A tese do relacionismo, entretanto, não compreende as ciências como um todo, visto que o autor faz uma distinção entre as ciências do espírito (ciências culturais) e ciências naturais (ciências exatas): somente as primeiras teriam seus conteúdos afetados pela situação histórica e social<sup>7</sup>.

## 2. Robert Merton e as normas institucionais da ciência

Robert King Merton é reconhecido como o fundador da sociologia da ciência por ser o primeiro autor a incluí-la no campo mais amplo da sociologia do conhecimento. Em *Sociologia: Teoria e Estrutura* (1970) ele enuncia que as relações recíprocas entre a ciência e a sociedade são o objeto de pesquisa da sociologia da ciência. “Em suas linhas gerais, a matéria da sociologia da ciência é a interdependência dinâmica entre a ciência, como atividade social que em movimento faz nascer produtos culturais e de civilização, e a estrutura social que a envolve” (MERTON, 1970, p.632).

---

<sup>6</sup> O principal objetivo de Mannheim foi elaborar uma crítica global da concepção iluminista de razão, que excluía o historicismo, tendo como pressuposto básico a idéia do condicionamento histórico do conhecimento (BRITO; FERREIRA, 2002, p.135)

<sup>7</sup> Para Mannheim o tipo de conhecimento formulado pelas ciências da natureza é um caso especial de conhecimento, pois não contém subjetividade em sua formulação. “Há determinadas esferas de pensamento nas quais é impossível conceber a verdade independentemente dos valores do sujeito e do contato social. Nem mesmo um deus poderia formular questões históricas semelhante a  $2 \times 2 = 4$ ” (MANNHEIM, 1976, p.105)

O interesse pelas relações entre contextos sociais e sua influência na produção de idéias, inclusive científicas, surgiu logo no início de sua carreira acadêmica. Merton ingressou na Universidade de Harvard em 1930, onde participou de uma pesquisa que resultou na publicação de *Social and Cultural Dynamics*, da qual foi responsável pelo estudo do desenvolvimento da ciência. Essa experiência levou-o a escrever, em 1933, a tese *Ciência, Tecnologia e Sociedade na Inglaterra no século XVII* (LIMA, 2002, p.154).

Lima destaca que a partir de 1942, Merton reorientou seu foco de pesquisas passando a abordar a estrutura social da ciência com ênfase nas normas e valores que lhe caracterizariam enquanto instituição social. Nesse sentido Rabêlo (1993) enfatiza que no ensaio *Ciência e Ordem Social* (1938) são estabelecidas duas características do modelo mertoniano: a definição do *ethos* da ciência e o interesse pela estrutura e dinâmica da comunidade científica.

O *ethos* científico consiste no código social que guia a atividade do homem de ciência. Ele implica a exigência necessária de que as teorias e generalizações tivessem consistência lógica e correspondência com os fatos. O *ethos* da ciência moderna, para Merton, é a estrutura institucional da ciência, e, embora não tenha sido codificado, pode ser inferido no consenso moral dos cientistas expresso, nos usos e costumes e na indignação moral que suscitam suas contravenções. Afirma o autor:

O 'ethos' da ciência se refere a um complexo de tom emocional de regras, prescrições, costumes, valores e pressupostos, que obrigam moralmente os cientistas. Algumas fases desse complexo podem ser metodologicamente desejáveis, mas a observância das regras não é dita somente por considerações metodológicas. Este 'ethos', como os códigos sociais em geral, é apoiado pelo sentimento daqueles a quem se aplica. A transgressão é reprimida por proibições admitidas pelo grupo e por reações emocionais de desaprovação, posta em movimento pelos que apóiam o 'ethos' (MERTON, 1970, p.641).

O objetivo de Merton era estudar os costumes que constituíam os métodos científicos, não se importando com a dimensão técnica dos mesmos. “Sem dúvida, os cânones metodológicos são muitas vezes expedientes técnicos e ao mesmo tempo, obrigações morais, mas são apenas essas últimas que agora nos interessa” (MERTON, 1970, p.652). Assim, o autor preocupou-se em explicar qual estrutura social fornece o melhor contexto institucional para o desenvolvimento da ciência<sup>8</sup>. Para tanto desenvolveu quatro imperativos institucionais que compõem o *ethos* científico: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado.

---

<sup>8</sup> Nota-se aqui que Merton considera a perspectiva de Weber, quando afirma que o valor da ciência não é imanente à natureza, mas um produto cultural (MERTON, 1970, p.637)

O universalismo estipula que as contribuições científicas sejam avaliadas de acordo com “critérios impessoais preestabelecidos”, os quais se impõem tanto a objetividade das formulações científicas, visto que “a circunstância de que as formulações cientificamente verificadas se referem a seqüências e correlações objetivas, milita contra todas as tentativas de impor critérios particulares de validade” (MERTON, 1970, p.654), quanto à escolha dos cientistas. O imperativo do universalismo implica que o reconhecimento e recompensas sejam proporcionais aos méritos e contribuições dos cientistas para a ciência. Segundo Merton

O universalismo encontrou nova expressão, ao exigir que todas as carreiras fossem abertas ao talento. A base racional é fornecida pela meta institucional. Restringir as carreiras científicas por outros motivos que a falta de competência é prejudicar a promoção do saber. O livre acesso às atividades científicas é um imperativo funcional (MERTON, 1970, p.656).

O comunismo prescreve que o conhecimento, enquanto produto do espaço coletivo da comunidade científica, deve ser divulgado e não mantido em segredo. As produções e obras científicas não são propriedade exclusiva do descobridor e de seus pares, pois “as descobertas substantivas da ciência são produto da colaboração social e estão destinadas a comunidade” (MERTON, 1970, p.657).

O desinteresse refere-se à prioridade atribuída ao progresso do conhecimento científico em detrimento de quaisquer outro de natureza pessoal. “A exigência de desinteresse tem firme alicerce no caráter público e testável da ciência” (MERTON, 1970, p.660), isto é, os cientistas estão constantemente sob a vigilância de seus pares, a quem precisam demonstrar a veracidade de suas pesquisas científicas. Assim, o desinteresse funciona como um “padrão típico de controle institucional de motivações”, onde a “instituição impõe uma atividade desinteressada ao cientista, que deve conformar-se sob pena de sanção e à medida que a norma foi assimilada, sob pena de conflito psicológico” (MERTON, 1970, p.660). O simples reconhecimento pelos pares constitui uma recompensa superior a qualquer outra de natureza material.

O ceticismo organizado equivale à atitude cética do cientista diante de crenças cristalizadas, as quais devem ser submetidas a exame criterioso. Merton afirma que o ceticismo organizado é um mandato metodológico e institucional, logo, qualquer área da sociedade pode ser questionada para fundamentar o conhecimento científico, uma vez que “o pesquisador científico não respeita a separação entre o sagrado e o profano, entre o que exige respeito sem crítica e o que pode ser objetivamente analisado” (MERTON, 1970, p.662).

### 3. O campo científico de Pierre Bourdieu

O pensamento de Pierre Bourdieu é nomeado, inclusive por ele mesmo, de construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista. A proposta do autor consiste em fugir da dicotomia entre objetivismo/subjetivismo, presente nas ciências humanas. Para tanto, considera que o momento objetivo e subjetivo das relações sociais estão numa relação dialética, isto é, existe no mundo social estruturas objetivas que conformam as representações e coagem as ações dos agentes, mas estes podem, cotidianamente, conservar ou transformar tais estruturas.

Nesse sentido, uma das principais questões da obra do autor é a análise de como os agentes incorporam a estrutura social, reproduzem-na e legitimam-na e, ao mesmo tempo, detêm uma espécie de autonomia. Ao empreender essa análise, Bourdieu recorre a esquemas de ação e pensamento, denominados por ele de *habitus*. O *habitus* denota um sistema de disposições duráveis e transferíveis, que funciona como princípio gerador e organizador de práticas e representações, associado a uma classe particular de condições de existência.

O conceito de *habitus* relaciona-se com os conceitos de campo e capital. A dinâmica social se dá no interior de um campo, um segmento do social, cujos agentes, indivíduos e grupos têm disposições específicas - *habitus*. O campo é delimitado pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação. Bourdieu considera:

- o capital cultural, que compreende o conhecimento, as habilidades, as informações etc., correspondente ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família, e pelas instituições escolares;
- o capital social, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos;
- o capital econômico, constituído pela posse de bens econômicos e de fatores de produção;
- o capital simbólico, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social).

A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito estratégias não conscientes que se fundam no *habitus* individual e dos grupos em conflito. O que determina a posição espacial no campo social são, principalmente, as posses de capital econômico e capital cultural.

A sociologia da ciência, para Pierre Bourdieu (1983), repousa num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. Neste ocorre uma luta concorrencial em que está em jogo o monopólio da autoridade científica, isto é, uma condição em que o reconhecimento da capacidade de “produzir ciência” não se desvincula de um determinado poder social. O universo da ciência é um campo social onde formas específicas são revestidas de relações de força e monopólio, lutas e estratégias, interesses e lucros.

Assim, na busca pela autoridade científica, o interesse por uma atividade científica tem sempre uma dupla face: não é possível separar a dimensão política das determinações puramente intelectuais no campo científico, determinações científicas e determinações sociais se influenciam reciprocamente em graus variados, cuja apreensão depende da pesquisa empírica.

Está sempre em jogo, no campo científico, o poder de impor uma definição de ciência. Nesse jogo, os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem. Entretanto, a estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, sendo a própria estrutura a base das transformações do campo científico que se manifesta por intermédio de estratégias de conservação ou de subversão.

O arbitrário social englobado ao sistema de pressupostos constitutivos do campo depende do grau de autonomia do campo considerado. A autonomia é sempre relativa, uma vez que não há ciência neutra. Segundo Bourdieu a idéia de uma ciência neutra é uma ficção interessada que permite fazer passar por científico a representação dominante do mundo social.

#### 4. Análise comparativa entre Mannheim, Merton e Bourdieu

Merton, como crítico de Mannheim, diferencia-se dele, sobretudo, por defender a possibilidade de submissão de qualquer área do conhecimento ao exame sociológico. Para o autor, a distinção entre as ciências do espírito e as ciências da natureza não tem sentido, uma vez que, o próprio Mannheim, não determinou o que estaria compreendido na palavra conhecimento. Segundo Merton, “o conhecimento é considerado às vezes de maneira tão ampla que abarca todos os tipos de enunciados e todos os modos de pensamento, desde os provérbios folclóricos até a rigorosa ciência positiva” (MERTON, 1970, p.595). Logo, toda forma de conhecimento deveria ser determinada existencialmente.

Seguindo esse raciocínio, Merton argumenta que a determinação existencial do conhecimento – tese central no pensamento mannheimiano – não é especificada, isto é, Mannheim não definiu o tipo ou modo de relações entre estrutura social e conhecimento. Mannheim percebeu essa dificuldade quando escreveu que “o sentido de ‘determinação’ permanecia em aberto, e somente a pesquisa empírica diria quanto é estrita a correlação entre situação vital e processo de pensamento, ou que margens existem para a diferença na correlação” (MERTON, 1970, p.596). Diante dessa indecisão, propôs vários tipos de causalidade para explicar a relação entre pensamento e existência<sup>9</sup>.

Outro aspecto da sociologia mannheimiana criticado por Merton é o relativismo. Ao afirmar que todas as formas de pensamento são arbitrárias, a sociologia do conhecimento não aceita nenhum critério de verdade, o que a compromete como disciplina científica. Segundo Merton, Mannheim percebe a falácia lógica e o niilismo intelectual implícitos em sua posição, por isso rejeita a opinião de que não vê na atitude intelectual mais que juízos pessoais arbitrários e também a mal pensada e estéril forma de relativismo a respeito do conhecimento científico (MERTON, 1970, p.601).

Para escapar do impasse relativista e validar seus próprios conceitos, Mannheim recorre a critérios dinâmicos de verdade, ao relacionismo e a garantias estruturais de validade. Entre os critérios, usados por Mannheim para estabelecer a validade de uma teoria, destaca-se a possibilidade que esta oferece de adaptação e ajustamento do homem a uma determinada etapa histórica, sua adaptação a situações novas e suas realizações. A tese do relacionismo sustenta a relevância dos valores e da estrutura social para a formulação do problema. Quanto às garantias estruturais de validade, Merton as vê como estritamente vinculadas à posição dos intelectuais independentes que estão estruturalmente livres de interpretações deformadas (MERTON, 1970, p.601-05).

Segundo Brito e Ferreira (2002), embora as críticas de Merton sejam tecnicamente corretas, ele não se pronuncia acerca da principal questão teórica enfrentada por Mannheim, a crítica da razão a-histórica. Nesse sentido, os autores complementam, dizendo que a proposta teórico-metodológica de Mannheim não fica invalidada, uma vez que as críticas recebidas não compreendem os termos histórico-sociológicos de seu argumento, distintos, portanto, de uma

---

<sup>9</sup>As formas de causalidade apontadas por Mannheim são: 1) causação direta de estilo de pensamento e forças sociais, que considera que as idéias e formas de pensamento são simplesmente expressão de interesses econômicos, políticos ou religiosos; 2) certas estruturas sociais são requisitos prévios para certas formas de pensamento; 3) supor que certas formas de pensamento são invariáveis, sendo possível apenas estabelecer seu grau da compatibilidade com determinado contexto histórico (MERTON, 1970, p.597-98-99).

ordem epistemológica (BRITO; FERREIRA, 2002, p.138).

Mannheim rejeita a análise do conhecimento que se dedica a desvendar, exclusivamente, os encadeamentos lógicos dos conceitos abstratos de qualquer tipo de condicionalidade. Para ele, a tarefa da sociologia do conhecimento é evidenciar o condicionamento social a que está submetida toda forma de pensamento.

Neste ponto, pode-se estabelecer uma aproximação com as concepções de Pierre Bourdieu. “Para enfrentar o problema do condicionamento social do pensamento, Bourdieu também desenvolveu uma crítica à epistemologia clássica, aderindo às idéias de Gaston Bachelard a respeito da historicidade da racionalidade científica” (BRITO; FERREIRA, 2002, p.138)

Para Mannheim o pensamento humano emerge numa determinada situação social, pois ele “surge e opera não em um vácuo social, mas em um meio social definido,” (MANNHEIM, 1976, p.106). De modo análogo, na concepção de Bourdieu, são as condições sociais que tornam possível a experiência dóxica do mundo, ou seja, o *habitus*, esquema de ação e pensamento, está associado a uma classe de condições de existências. O relacionismo professado por Mannheim não implica na ausência de critérios sobre verdade e falsidade do conhecimento; supõe, no entanto, que é próprio da natureza do conhecimento histórico ser formulado apenas em relação a uma situação particular, e não de forma absoluta (BRITO; FERREIRA, 2002, p.136). Na perspectiva de Bourdieu, essa situação particular de formação do conhecimento é o campo social.

Assim, para Bourdieu, a sociologia do conhecimento deve investigar as condições sociais do processo de produção de um fato científico. É necessário localizar os produtores no campo social de onde extraem as referências de certo padrão de cientificidade que deve ser seguido. Pode-se perceber aqui uma das principais discrepâncias entre Bourdieu e Merton: para este último o padrão de cientificidade é dado pelo *ethos* da ciência.

O modo como Merton expõe seu *ethos* científico indica independência da ciência em relação à sociedade, o que parece ir contra sua afirmação de que “a matéria da sociologia da ciência é a interdependência dinâmica entre a ciência, como atividade social em movimento que faz nascer produtos culturais e de civilização, e a estrutura social que a envolve” (MERTON, 1970, p.632).

Lima (2002, p.62) levanta a hipótese de que para Merton a interdependência da ciência face a outras instituições e esferas culturais é mais forte nos momentos iniciais de sua institucionalização, quando se dá a afirmação da crença social em seu valor. O grau de

autonomia tende a ser maior à medida que se verifica o avanço de um campo de conhecimentos e sua caracterização como um fim em si mesmo. Isso explicaria a reorientação do foco de investigação do autor, do contexto sociocultural para o interior da comunidade científica.

Bourdieu não descarta a possibilidade de autonomia da ciência. Mas como para qualquer outro campo social a autonomia é sempre relativa, pois “a crença no valor autônomo dos objetivos e dos objetos” que o campo científico produz “reside na relação de **dependência pela aparência de independência** em relação às demandas externas” (BOURDIEU, 1983, p.146-47; grifos do autor). Nesse sentido, para Bourdieu, a atividade desinteressada, imposta ao cientista pelo imperativo categórico de desinteresse, não é tão desinteressada assim. Ao contrário, na busca pela autoridade científica, o interesse por uma atividade científica tem sempre uma dupla face: não é possível separar a dimensão política das determinações puramente intelectuais no campo científico, determinações científicas e determinações sociais se influenciam reciprocamente em graus variados, cuja apreensão depende da pesquisa empírica.

Portanto, diferentemente de Merton, que assume que a ciência possui um 'ethos', que se refere “a um complexo de tom emocional de regras, prescrições, costumes, valores e pressupostos que obrigam moralmente os cientistas” (MERTON, 1970, p.641), Bourdieu afirma que “a ciência oficial não é o que, freqüentemente dela faz a sociologia da ciência: o sistema de normas e valores que a “comunidade científica”, grupo indiferenciado, imporia e inculcaria a todos os seus membros”(BOURDIEU, 1983, p.128).

Embora sejam perceptíveis as diferenças entre a sociologia da ciência de Merton e a sociologia da ciência de Bourdieu, pode-se notar que mesmo em suas divergências, em alguns momentos, as abordagens dos autores deixam entrever que suas perspectivas não se excluem completamente.

Bourdieu afirma que o funcionamento do campo científico pressupõe relações de força e monopólio, lutas e estratégias, interesses e lucros. Contudo, reconhece que a luta não acaba com o campo. “A estratégia herética funciona como reforço do campo. [...] Dominantes e dominados são necessariamente coniventes, adversários cúmplices que, através de seu antagonismo, delimitam o campo legítimo da discussão” (BOURDIEU, 1983, p.23). O campo é, pois, um lugar de lutas, que, todavia, não nega a possibilidade de consenso.

A conveniência entre os agentes determina o consenso a respeito da situação, ou seja, o que merece ser ou não levado em consideração. O consenso fundamenta, pois, no desconhecimento, pelos

agentes, de que o mundo social é um espaço de conflito, de concorrência entre grupos com interesses distintos. Esse desconhecimento corresponde a uma “crença coletiva” que solda, no interior do campo, agentes que ocupam posições assimétricas de poder (BOURDIEU, 1983, p.24).

Vê-se aqui, que esse consenso fundamentado em um desconhecimento que corresponde a uma “crença coletiva” assemelha-se ao *ethos* científico mertoniano, que embora não tenha sido codificado, pode ser inferido no consenso moral dos cientistas.

Merton, por sua vez, quando fala de consenso, de regras comuns, admite que “de um ponto de vista mais amplo, o conflito é um aspecto da dinâmica institucional” (MERTON, 1970, p.642). Assim, ao proclamar o sentimento de pureza da ciência, proporcionado pela institucionalização da mesma, reconhece a dificuldade de se separar, no campo científico, a dimensão política das determinações puramente intelectuais.

Em alguns casos, exige-se dos cientistas que aceitem os juízos de chefes políticos cientificamente incompetentes, relativos a matérias científicas. [...] A estabilidade social da ciência somente pode ser conseguida se se levantam barreiras adequadas contra as mudanças impostas de fora, por elementos estranhos à própria irmandade científica (MERTON, 1970, p. 642).

Buscou-se estabelecer nessa discussão um diálogo entre as perspectivas da sociologia da ciência de Robert K. Merton e Pierre Bourdieu, diálogo este que também compreendeu as concepções da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim. As críticas ao pensamento de Mannheim, feitas por Merton são evidentes assim como as críticas que este recebeu de Bourdieu. Procurou-se salientar que mesmo em suas divergências, em alguns momentos, as abordagens dos autores deixam entrever que suas perspectivas não se excluem completamente, o que contribui para aumentar a crença de que há um ponto em comum em suas teorias: a relação entre a produção do conhecimento, em especial a ciência, e a estrutura social. Ponto este que guiará o estudo da produção intelectual do desenvolvimento.

Acredita-se que outros aspectos das teorias desses autores são relevantes para a análise dos textos da sociologia do desenvolvimento. Nesse sentido pretende-se analisar nos textos: a) as diferentes abordagens da sociologia do desenvolvimento, isto é, as “perspectivas” dos teóricos, as quais de acordo com Mannheim são produzidas na relação dialética entre sujeito e sociedade; b) compreender como está configurada a luta entre os teóricos da sociologia do desenvolvimento para impor uma definição científica de desenvolvimento.

Para empreender essa análise propõe-se a princípio a construção de um quadro que compreenda os principais aspectos das teorias dos autores: a noção de desenvolvimento que possui cada autor, o modo como aparece a questão ambiental, a sua preocupação de origem, a sua filiação teórica, o contexto histórico-social da produção teórica e o modo de aplicação

desta.

Embora a construção desse quadro seja importante para a realização da pesquisa, esta não poderia resumir-se a ele. Pois, adotando a perspectiva de Pierre Bourdieu (1999), os dados por si só não dizem nada. Ainda que não seja possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca pelos objetos pré-construídos pelas categorias da percepção, é preciso uma ruptura entre o objeto real - objetos pré-construídos - e o objeto científico – o objeto construído pelo pesquisador, isto é, é preciso colocar em evidência os pressupostos inconscientes. Nesse sentido faz-se também presente o ceticismo organizado, postulado por Robert Merton, o qual enuncia que o cientista deve ter uma atitude cética ao questionar qualquer área da sociedade para fundamentar o conhecimento científico.

Assim, na construção desse quadro, feita a partir da percepção do pesquisador, usa-se outra tarefa metodológica que possibilita evidenciar esses pressupostos inconscientes - a análise do discurso.

Segundo Stubbs, um dos mais importantes especialistas em análise do discurso, “a análise do discurso é um termo muito ambíguo. [...] Em linhas gerais, refere-se à intenção de estudar a organização da linguagem além da oração ou da frase e, por conseguinte, de estudar unidades lingüísticas maiores, como a conversação ou o texto escrito” (STUBBS apud IÑIGUEZ, 2004, p.108). Entre as noções de discurso, utilizadas nas ciências sociais, está a tradição francesa da análise do discurso. Para esta tradição nem todos os textos podem ser considerados discursos.

Foucault (2003), um dos expoentes da tradição francesa da análise do discurso, afirma que constituir-se-á um discurso o texto, cujos enunciados foram produzidos no marco de instituições, em um contexto interdiscursivo específico e revelador de condições históricas, sociais e intelectuais. Para ele, analisar discurso corresponde a especificar sociohistoricamente as formações discursivas interdependentes, os sistemas de regras que possibilitam a ocorrência de certos enunciados em determinados tempos, lugares e instituições. Por conseguinte, o texto que se constitui um discurso pode colocar em evidência os pressupostos inconscientes, alcançáveis, objetivamente pela sociologia do conhecimento, quando se relaciona o texto com o contexto de produção.

## A SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ENQUANTO CAMPO

### 1. A sociologia brasileira e a sociologia do desenvolvimento

A constituição das ciências sociais no Brasil, a partir de 1930, está intimamente relacionada com as condições históricas da sociedade brasileira nas três décadas seguintes. “A ‘fermentação social’ profunda, a começar pela década dos vinte e entrando pela dos trinta, conforme refletem o tenentismo, o movimento modernista, a fundação do Partido Comunista no Brasil e outros acontecimentos, mostram um amplo processo de desagregação da velha ordem e de reconstrução social” (IANNI, 1989, p.87). Esta conjuntura propicia a reflexão da realidade social a partir dos contornos de um pensar sociológico. As atividades intelectuais científicas passam a ser valorizadas pelos grupos sociais emergentes e pelos setores políticos dirigentes.

Tudo isso fica evidente em 1930, com a tomada do poder por elementos que divergiam do estancamento histórico provocado pelos interesses inerentes à encampação do Estado republicano pelo antigo regime. Aí se define o que os setores divergentes pretendiam fazer com a economia, a cultura, a ordem social e o sistema de poder da sociedade brasileira. A idéia da Universidade, a criação da Faculdade de Filosofia e a experiência universitária são rebentos desse contexto histórico, pelo qual a modernidade burguesa aparece, pela primeira vez, grafitando sobre eixos internos próprios (FERNANDES, 1978, p.41).

A institucionalização das ciências sociais, nesse período, através da fundação de universidades, faculdades, escolas, institutos e centros de ensino e pesquisa, não estava, assim, dissociada das demandas dos sistemas políticos e dos grupos dominantes. Nesse sentido Villas Bôas (2006, p.62) argumenta que as idéias e imagens do Brasil moderno, aportadas pela sociologia, faziam parte da sociedade que se construía na época – não vinham antes dela como prognóstico, nem depois como reflexo. Segundo Miceli (1989, p.73),

[...] os empreendimentos pertinentes ao desenvolvimento das ciências sociais vinham atender aos reclames dos principais grupos de interesse em operação na indústria editorial, nos sistemas de ensino secundário e superior, nos executivos reformistas dos governos e partidos políticos.

Conseqüentemente, isso repercutiu tanto nas orientações teórico-metodológicas, no perfil dos objetos selecionados e nos conteúdos da produção acadêmica quanto nas carreiras intelectuais dos cientistas sociais. Contudo, o autor ressalta que o perfil intelectual desses cientistas “variou em medida considerável conforme a margem de distancia institucional em relação às escolas superiores tradicionais, conforme o grau de autonomia em face de seus mentores políticos, partidários e/ou confessionais” (MICELI, 1989, p.74)

Nesse sentido, o autor apresenta a diferença entre o perfil intelectual dos cientistas sociais de São Paulo e Rio de Janeiro, os dois principais centros das Ciências Sociais no país.

Em São Paulo, os docentes da missão estrangeira atuaram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia e Política, as quais foram responsáveis pela formação de cientistas sociais, a maioria deles descendentes de imigrantes. Ambas as escolas paulistas tinham um padrão distinto daquele das escolas tradicionais de ensino superior, operavam

[...] como centros autônomos de estudos e pesquisas, voltados sobretudo para a formação de seus futuros quadros “reprodutores” e ao mesmo tempo permitindo a titulação de professores para o ensino médio onde a quantidade de lugares disponíveis continuava abundante (MICELI, 1989, p.80).

Já no Rio de Janeiro, a conjuntura era bastante distinta, os docentes e pesquisadores da missão estrangeira se defrontaram com uma organização universitária frágil e uma hierarquia acadêmica vinculada aos detentores do poder político, submetidos a grupos de interesse. Em 1939, a Universidade do Distrito Federal é extinta e substituída pela Faculdade Nacional de Filosofia sob a liderança da Igreja Católica. Nessas circunstâncias, na então capital federal “não havia condições mínimas favoráveis a um processo de institucionalização das Ciências Sociais fundado na profissionalização das três dezenas de licenciados” (MICELI, 1989, p.81)

A diferença entre São Paulo e Rio de Janeiro era tão grande que não se chegou a formar na então capital do país uma turma de docentes ou investigadores ou corrente de pensamentos lastreados pela universidade. Por conseguinte, isso reflete na carreira acadêmica dos sociólogos paulistas e sociólogos cariocas. Enquanto para os primeiros o acesso às posições de comando e liderança era condicionado pelas exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção, para os últimos “verifica-se uma corrida política em torno das posições disponíveis, logo convertidas em alvo de clientelismo” (MICELI, 1989, p.81).

Assim, a institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro esteve ancorada por iniciativas dos setores políticos ou governantes influentes. Nesse sentido, destaca-se a formação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

O ISEB foi uma aliança entre jovens intelectuais requintados de famílias abastadas e licenciados pés-de-boi de famílias remediadas, os primeiros desejosos de alavancar sua ascensão política através de uma presença conjugada no setor privado, no governo e nas instituições culturais, os demais discernindo nessas últimas as possibilidades de associar suas veleidades intelectuais à militância política. [...] Trata-se de uma sociabilidade um tanto perversa onde os abonados não têm tempo nem disposição para os encargos docentes e administrativos de que se incumbem os outros; estes, por sua vez, não dispõem do cacife de relações sociais necessárias à obtenção de recursos financeiros para viabilizar a própria instituição em que os primeiros se apóiam e os duros se abrigam (MICELI, 1989, p.82).

A respeito disto, Villas Bôas (2006) salienta que o projeto de institucionalizar a sociologia como uma disciplina científica não foi um trabalho de pouca monta. Entre os sociólogos surgiram divergências no que diz respeito ao modo de conceber a sociologia e as tarefas que julgavam relevantes para sua disciplina. Nesse sentido, a autora traz a perspectiva de três sociólogos, Alberto Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes e Luiz de Aguiar Costa Pinto, mostrando as identidades e as diferenças de suas proposições. Contudo, o “grande desafio era estabelecer uma correspondência entre fazer ciência e fazer história. O cumprimento dessa dupla tarefa estava no ponto comum que os unia, a despeito de suas diferenças e divergências” (VILLAS BÔAS, 2006, p.65).

Outra diferença importante entre Rio de Janeiro e São Paulo, apontada por Miceli, refere-se ao teor do que se entende por excelência intelectual. “No Rio, o impacto do paradigma jurisdicista e/ou militante se revelou bem mais persistente, contribuindo para entronizar os modelos de interpretação desenvolvimentista como critério de relevância intelectual” (MICELI, 1989, p.83). Desse modo, enquanto em São Paulo prevaleceu uma hierarquia acadêmica, uma preocupação com os métodos científicos, no Rio de Janeiro prevaleceu uma hierarquia de objetos e problemáticas dando-se maior prioridade aos conteúdos do que aos procedimentos científicos.

Cumprido, entretanto, registrar que o aspecto por assim dizer “moderno” da reflexão e da produção carioca em ciências sociais no período aqui tratado derivava de sua preocupação sistemática com as formas e mecanismos de intervenção e planejamento nos campos econômico e social, o que somente irá se manifestar na produção da escola sociológica paulista no início dos anos 60 (MICELI, 1989, p.84)

Os integrantes do ISEB, entre eles Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, João Paulo de Almeida Magalhães e Israel Klabin eram formados em direito, dois deles empresários industriais e os demais assessores de grandes grupos econômicos e empresas privadas nacionais e estrangeiras, consultores de órgãos classistas de representação patronal. Já os integrantes da escola sociológica paulista, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Luis Pereira e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, não eram tão ligados aos setores dirigentes, derivavam sua pretensão de poder e privilégio social da excelência de seu trabalho acadêmico.

Tais diferenças estão na raiz de definições bastante contrastantes do que seja a ciência social, prevalecendo do Rio de Janeiro uma concepção “intervencionista”, “militante”, e “aplicada”, cuja expressão intelectualmente acabada são as teorias desenvolvimentistas, enquanto em São Paulo parece se impor uma preocupação marcante com o treinamento metodológico, as leituras dos clássicos, o trabalho de campo individual e/ou em equipe e toda uma socialização acadêmico-disciplinar então sob a

hegemonia do paradigma sociológico funcionalista. Nesse sentido, a ciência social carioca, em especial aquela praticada nos anos 50, sempre se mostrou decididamente politicista, a braços com a formulação de diagnósticos e respectivas palavras de ordem, ao passo que a mentalidade cientificista paulista voltou sua atenção para as condições estruturais de formação e expansão da sociedade brasileira em seu rosto paulista, com ênfase especial, num primeiro momento, nos estudos de comunidade, nas pesquisas sobre assimilação e aculturação de imigrantes, daí passando ao conjunto de investigações sobre relações raciais, e somente no início dos anos 60, inclusive com a criação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), politizando noutra direção sua problemática ao voltar-se prioritariamente para o estudo dos grupos sociais estratégicos nos processos de industrialização e urbanização (MICELI, 1989, p.92-3).

Segundo Villas Bôas, as discussões sobre a diferença entre sociologia produzida no Rio de Janeiro e a sociologia produzida em São Paulo persistem.

Até hoje o adjetivo “mannheimiano” serve para distinguir intelectuais “mais engajados” de intelectuais mais afastados ou mais afeitos às normas da neutralidade científica e do *ethos* científico. Desde a tese *Iseb: fábrica de ideologia*, de Caio Toledo, até a *Revolução passiva*, de Werneck Viana, o adjetivo vem diferenciando os cientistas sociais, principalmente os cariocas “mannheimianos” dos seus colegas paulistas “mertonianos” (VILLAS BÔAS, 2006, 83).

Entretanto, ressalta a autora: penso que todos eles, cariocas e paulistas, à sua maneira, não somente eram mannheimianos – se assim se puder chamá-los –, como cunharam uma ciência social mais apaixonada pelo seu objeto de estudo do que pelos seus fundamentos cognitivos (VILLAS BÔAS, 2006, p.83).

Com a criação do Cesit, os sociólogos paulistas foram levados “a expor as categorias históricas do capitalismo, da sociedade de classes e do Estado democrático a uma adequação mais rigorosa às condições brasileiras” (ARRUDA, 1995, p.200). Em consequência disso, enfrentaram a questão do desenvolvimento, ou seja, a investigação sobre a indústria paulista desembocou na discussão da teoria do desenvolvimento.

Pode-se vislumbrar aqui que parte da produção intelectual da sociologia brasileira se insere no campo da sociologia denominado sociologia do desenvolvimento, que também compreende a produção intelectual de sociólogos estrangeiros. Na literatura estrangeira destacam-se autores como François Perroux, Jacques Lambert, André Gunder Frank e Herbert Blumer, enquanto que na literatura nacional pode-se citar Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Costa Pinto e Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

A sociologia do desenvolvimento, como uma das disciplinas que se propõe a estudar o desenvolvimento apresenta diferentes abordagens de acordo com os autores das diversas teorias. Como se viu na introdução, a análise dos textos dos três autores, que serão analisados, pertencem à abordagem desenvolvimentista e à abordagem da dependência. Segundo Figueiredo (1978) as análises de Lambert pertencem à abordagem desenvolvimentista, a qual

possui a crença de que com a remoção dos obstáculos é possível o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos nos moldes das sociedades desenvolvidas. Para os desenvolvimentistas a característica comum do subdesenvolvimento é o dualismo, que pode ser extinto com a remoção dos obstáculos estruturais, o que exige a necessidade de uma ação racional e planejada, por parte do estado, para se atingir o fim almejado. Cardoso e Frank, por sua vez, pertencem à abordagem da dependência, que critica a tendência atomista do desenvolvimento, concentrada nos aspectos econômicos, e procura formular a base para uma análise mais global, capaz de integrar as diferentes dimensões do subdesenvolvimento. Embora o ponto de vista dos autores sobre a questão da dependência seja diferente - um se concentra nos aspectos interno/externo da dependência e o outro apenas nos aspectos externos - Figueiredo (1978) enfatiza que a escola da dependência identifica as deficiências das proposições desenvolvimentistas sobre a possibilidade de suprimir a dependência externa por meio de industrialização crescente, exportações industriais, cooperação internacional, todas mediatizadas por políticas racionais do estado.

Sabendo-se que cada abordagem está relacionada às condições históricas, sociais e intelectuais de sua produção, apresentar-se-ão aspectos relevantes que ajudam a compreender a teoria da sociologia do desenvolvimento de Jacques Lambert, de Fernando Henrique Cardoso e de André Gunder Frank. Antes, porém faz-se necessário delinear as condições históricas e intelectuais que propiciaram o surgimento da teoria dos referidos autores, antes de passarmos para a especificidade dos mesmos.

## 2. O subdesenvolvimento enquanto categoria histórica

Luiz Pereira (1975) argumenta que para que o subdesenvolvimento possa ser apreendido como categoria histórica é necessário adotar o ponto de vista da sociologia diferencial, o que indica que “há que reter-se sinteticamente a pluridimensionalidade da vida coletiva; econômica, social (relações entre classes sociais), psíquica (personalidade dos agentes em integração) e política” (PEREIRA, 1975, p.52). A preocupação com a pluridimensionalidade da vida coletiva não implica, diz o autor, abandono do privilegiamento relativo do econômico, mas leva a identificar as conexões típicas entre o plano econômico e os demais.

Isso significa que, ao caracterizar o subdesenvolvimento (e conexamente, o desenvolvimento), a expressão subdesenvolvimento econômico-social deve ser ultrapassada, o que impõe considerá-lo como realização histórica de um tipo macroestrutural: o capitalismo,

isto é, caracterizar o subdesenvolvimento como uma configuração interna ao tipo capitalista, cujo âmbito de realização, enquanto sistema não coincide necessariamente com qualquer unidade geopolítica e desde suas origens históricas se apresenta como âmbito intersocietário.

Pereira apresenta, inicialmente, três caracterizações econômicas do subdesenvolvimento mostrando que elas não tornam transparente o objeto de estudo, pois não apreendem os reais mecanismos que constituem o objeto. Uma dessas caracterizações econômicas do subdesenvolvimento recorre à disposição de baixa renda *per capita* e de alta renda *per capita* num conjunto de países, e tomam, além da própria renda *per capita*, nos casos dos países subdesenvolvidos, indicadores dessa baixa renda *per capita*, como precárias ou insuficientes condições de salubridade, de escolarização, de residência, dieta alimentar.

Outra caracterização econômica do subdesenvolvimento é a abordagem estrutural. Assim como a abordagem anterior refere suas análises às unidades geopolíticas, contudo vê as relações externas destas com outras economicamente desenvolvidas como promotoras do processo de expansão econômica interna numa primeira fase e depois, como entraves ou obstáculos a continuação de tal processo. Propõe apreender os indicadores inferiores dos países subdesenvolvidos, buscando distinguir o crescimento econômico do desenvolvimento econômico. Segundo essa abordagem

[...] a observação de conjuntos de subdesenvolvimento no Oriente Médio, na América Latina e na África tropical revelam que as categorias apreendidas refletem a natureza do subdesenvolvimento, na medida em que elas mantêm relações específicas cuja característica comum é o dualismo. Nunca seria demasiado insistir na estrutura dualista dos países insuficientemente desenvolvidos: ela constitui a trama em torno da qual se vêm reagrupar – de modo coerente e arquitetural – a lista enumerativa, mas não limitativa, das características das economias subdesenvolvidas (PEREIRA, 1975, p.54)

Para Pereira, a abordagem estrutural, por não reduzir a distinção entre subdesenvolvimento e desenvolvimento a diferenças de graus de um mesmo processo, firma a especificidade do subdesenvolvimento como produto periférico, o que representa um avanço para caracterizá-lo como categoria histórica. Entretanto a caracterização estrutural apresenta algumas limitações, entre as quais, a de entender o tipo capitalista se realizando em âmbitos societários, quando ele sempre se realizou em âmbito intersocietário.

A terceira abordagem, denominada “dinâmica”, relaciona o grupo de “indicadores de consumo” da baixa renda *per capita* com os “indicadores de produção desta. Também conhecida como círculo vicioso da pobreza, esta teoria procura identificar os mecanismos internos da estagnação ou da expansão econômica. Se refere ao subdesenvolvimento pela noção de sistema e não pela unidade geopolítica, o que a aproxima mais da caracterização do

subdesenvolvimento como categoria histórica. Contudo, para a caracterização do subdesenvolvimento como categoria histórica falta um passo, consistente na apreensão dos mecanismos não-econômicos internos e externos inerentes ao subdesenvolvimento.

Assim, o autor deixa claro que é preciso ultrapassar o nível analítico das caracterizações econômicas e retoma sua proposição de apreender o subdesenvolvimento enquanto categoria histórica a partir da conexão entre o plano econômico e os planos não-econômicos das formações subdesenvolvidas. Para tanto, é necessário considerar

[...] fatores de ordem externa e de ordem interna às formações subdesenvolvidas, responsáveis últimos pela dinâmica real do subdesenvolvimento. É a consideração deles que estabelece a diferença fundamental entre atraso econômico e subdesenvolvimento (PEREIRA, 1975, p.62)

Entre as dimensões não-econômicas do subdesenvolvimento está a atuação e orientação dos agentes sociais no interior das formações capitalistas periféricas. Na dinâmica interna das áreas capitalistas atrasadas, a atuação das camadas “populares” deve ser levada em conta como “parceira necessária do jogo”, uma vez que os agentes reorientam suas ações negando as condições de atraso econômico em que vivem e propondo uma organização (social, econômica, política) substitutiva.

Nesse sentido, Pereira ressalta que com as crises do capitalismo internacional no século XX, “presenciamos o início do ‘grande despertar’ consistente numa determinada forma de manifestação do inconformismo ‘popular’ nos subsistemas capitalistas periféricos” (PEREIRA, 1975, p.71).

No seu espontaneísmo, o inconformismo popular é difuso, na medida em que não se consubstancia num específico projeto social. No entanto pode-se verificar a mediação de lideranças captadoras desse inconformismo e formuladoras de projetos de desenvolvimento, que entram em competição, expressando diferentes modalidades de conflito e de acomodação de interesses de classes sociais divergentes em tensão na “periferia” do mundo capitalista. Isso mostra, conclui Pereira, que o processo subdesenvolvimento-desenvolvimento se determina, já no seu desencadear, como eminentemente político, embora radicado em última instância no econômico.

### 3. Cepal: tentativa de remover o subdesenvolvimento da região latino americana e o surgimento da teoria da dependência

O texto de Luis Pereira explicita, através das caracterizações econômicas do subdesenvolvimento, o modo como este era pensado de maneira geral pelas teorias desenvolvimentistas – como um estágio inferior de desenvolvimento a ser superado. Nesse sentido, embora haja diferenças entre as abordagens, o principal objetivo das teorias desenvolvimentistas era identificar os obstáculos que impediam a implantação da plena modernidade.

Dentro desta perspectiva, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas cria, no final da década de 40, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), com o objetivo de promover o desenvolvimento da região latino-americana, que não tinha conseguido alcançar, até então, o progresso, que seria obtido segundo o pensamento positivista pelo desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da ciência.

A CEPAL vai dar um fundamento de análise econômica e um embasamento empírico, assim como um apoio institucional à busca de bases autônomas de desenvolvimento. Estas se definiram através da afirmação da industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, do progresso, da modernidade, da civilização e da democracia política (SANTOS, 2002, p.3).

A teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico instrumentalizou o pensamento cepalino, de modo que sua maior reflexão consistia no diagnóstico da profunda transição, nas economias subdesenvolvidas americanas, de um modelo de desenvolvimento primário-exportador ao modelo de “desenvolvimento para dentro”. Nessa direção, “seus estudos se concentraram nas políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização procurando superar os obstáculos ao desenvolvimento” (SANTOS, 2002, p.6). Como exemplo dessas políticas destaca-se a implementação do processo de substituição de importações a partir da intervenção do Estado, visando superar o subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

As propostas de políticas da CEPAL preservavam, contudo, as estruturas de poder existente, além de considerar o processo de desenvolvimento enquanto um *continuum* evolutivo. Nesse sentido, pesquisadores da CEPAL não viam o subdesenvolvimento enquanto categoria histórica, enquanto um processo que se realizava em âmbito intersocietário, e, por conseguinte, não se preocupava em resolver os problemas resultantes do desenvolvimento capitalista, mas apenas em colocar os países latino-americanos nos rumos desse desenvolvimento.

Na década de 1960, percebe-se o arrefecimento da teoria desenvolvimentista, na medida em que não se nota nos países subdesenvolvidos experiências bem sucedidas de desenvolvimento.

[...] mesmo os países latino americanos, que apresentavam taxas de crescimento bastante elevadas, estavam limitados pela sua dependência econômica e política à economia internacional. Seu crescimento econômico parecia fadado a acumular miséria e uma péssima distribuição de renda. É da necessidade de buscar novos rumos teóricos que nasce a Teoria da Dependência (GRACIOLLI; DUARTE, 2007, p.3).

Em linhas gerais, a teoria da dependência critica os pressupostos do desenvolvimentismo e vê o subdesenvolvimento como um produto do desenvolvimento capitalista mundial. Contudo, ela possui várias correntes teóricas, entre elas a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e a de André Gunder Frank.

A seguir apresenta-se, de forma breve, a trajetória intelectual de Jacques Lambert, Fernando Henrique Cardoso e André Gunder Frank.

O desenvolvimento e institucionalização das ciências sociais no Brasil deveu-se em grande medida à criação de três instituições universitárias – a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal (no Rio de Janeiro, então capital federal). A criação dessas universidades tinha como ponto de partida a idéia de forjar um centro de renovação e de formação de elites culturais e políticas. Nesse sentido “era necessário buscar mestres europeus, convenientemente formados, portadores de uma tradição intelectual que não tínhamos, de métodos de trabalho que, em função do autodidatismo imperante, não se conheciam” (FÁVERO et al., 1991, p.61).

Os professores estrangeiros tiveram pois um papel de destaque no desenvolvimento das universidades nacionais. No caso das ciências sociais destaca-se, sobretudo, a influência da Missão Francesa.

Para as cadeiras que dependiam diretamente da formação espiritual dos estudantes, isto é, para aqueles estudos que nunca são inteiramente ‘neutros’, preferiam-se mestres franceses, afinados com a tradição ocidental e que repudiavam os credos facista e nazista. [...] conservávamos para a França, líder da liberal democracia, as cadeiras de que dependia a formação espiritual dos futuros alunos: Filosofia, Sociologia, Economia Política, Geografia Humana, Letras Clássicas e Língua e Literatura Francesa (FÁVERO, 1991, p.61)

Jacques Lambert é um dos professores integrantes da missões francesas que vieram

para o Brasil na década de 30, cuja atuação no meio universitário foi grande<sup>10</sup>. Lambert diplomou-se na década de 20, e assim como os demais cientistas sociais formados nesse período, teve uma formação totalmente diferente em seu país de origem, isto porque ainda não existiam, na França, cursos específicos e sistemáticos em ciências sociais<sup>11</sup>. Desse modo, embora se dedicasse a pesquisas de sociologia, sua formação foi muito diversa. Diplomou-se na Faculdade de Direito de Lyon, onde mais tarde lecionou; seus trabalhos versavam em geral sobre história do direito, sociologia política e demografia.

Quando efetuou seus estudos, a sociologia na França seguia duas orientações: uma continuava de certo modo o antigo evolucionismo que florescera no século anterior, porém o casava com premissas de Durkheim (1858-1917); a outra também partia de pressupostos durkheimianos, porém abria um leque de indagações e de interpretações na direção de outras disciplinas, como a geografia humana, a psicologia social e a história (QUEIROZ, 1996, p.234).

Segundo Queiroz, nas duas orientações citadas a influência de Émile Durkheim foi fundamental, estabelecendo os princípios que serviam de base para a concepção dos problemas da sociologia e para a construção de seu objeto de estudo. Muito embora devesse a sociologia estabelecer suas próprias regras de trabalho e construir seu próprio acervo teórico, a colaboração com outras disciplinas era desejável, desde que, em nível da explicação e da interpretação, se mantivessem os estudiosos fiéis a ela, não descambando para explanações buscadas em outras disciplinas<sup>12</sup>.

Lambert esteve no Brasil por longo tempo, lecionando nas universidades nacionais e também realizando pesquisas, que resultou na produção de uma obra de relevo para o

---

<sup>10</sup> Jacques Lambert lecionou demografia e sociologia política na Universidade do Rio Grande do Sul, em 1937 e 1938, em seguida na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) de 1939 a 1944, permanecendo com *expert* da Unesco no Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas (MEC), em 1958 (QUEIROZ, 1996, p.230)

<sup>11</sup> Neste momento as ciências sociais em sentido lato, ampliavam sua penetração na universidade matriz de todas as outras na França, a Sorbone. Com efeito no início do século XX, foram admitidos ali os primeiros geógrafos para um ensino sistemático de sua disciplina, os historiadores encontravam-se nela havia tempo; a sociologia introduzira-se em fins do século XIX, porém como um apêndice da filosofia e da moral, e só logrou conquistar um diploma específico na década de 50, do século atual (QUEIROZ, 1996, p.232).

<sup>12</sup> A colaboração da geografia se deve principalmente porque nesse período a disciplina passava por uma renovação, onde duas vertentes diversas se desenvolviam. O geógrafo alemão Frédéric Ratzel havia mostrado a importância da situação, do espaço e da fronteira como definidores de coletividades. Na segunda vertente Paul Vidal de La Blache, ao mesmo tempo historiador e geógrafo, mostrou a importância da história no estudo das coletividades. Assim, a nova geração ficou marcada pelo reconhecimento de que diversos fatores interferiam na organização das coletividades, além dos puramente geográficos. Em suas obras o suporte geográfico, serve de linha de base e de linha de orientação, entrecruza-se com outros fatores (históricos, demográficos, econômicos, sociológicos etc), agindo com muita força ora uns ora outros conforme as circunstâncias do momento (QUEIROZ, 1996, p.232-3).

conhecimento do país.

No Rio de Janeiro, Jacques Lambert foi atraído por uma perspectiva que embora colocando muitos problemas, lhe permitiria chegar talvez à solução de uma questão importante: efetuar um diagnóstico da sociedade brasileira naquele momento. O resultado de suas investigações foi o livro publicado primeiramente em francês: *Lé Brésil: Structures sociales et institutions politiques* (1953), cuja tradução se intitulou *Os Dois Brasis* (1959) (QUEIROZ, 1996, p.239)

A repercussão nacional de *Os Dois Brasis* foi muito grande, pois desvendava aspectos da sociedade mal conhecidos ou pouco levados em consideração. Contudo, Queiroz ressalta que um exame sucinto da obra permite compreender até que ponto Lambert aproveita o que já existe no país, até que ponto foi compelido a utilizar em suas interpretações o acervo teórico adquirido em sua própria formação.

Baseado em dados estatísticos referentes a 1940 e 1950, assim como numa documentação muito variada versando sobre economia, educação, política e cultura, Lambert demonstra o quanto conhecia e prezava o trabalho dos especialistas nacionais. O autor fixa o contraste de estrutura social em nossa sociedade dualista, composta por uma sociedade arcaica e uma sociedade progressista, que não pareciam evoluir no mesmo ritmo e nem se encontrarem numa mesma fase de desenvolvimento, mas que não eram separadas por uma diferença de natureza e sim por uma diferença de idade. Existia, pois, no Brasil, dois sistemas de organização econômica e social, diferentes tanto em seus níveis quanto nos costumes dos habitantes, porém unidos sob um mesmo sistema político.

Essa observação tomou forma de um postulado e baseava-se na constatação de uma diversidade indiscutível entre coletividades urbanas (sede de modernização) e coletividades rurais (lôcus da tradição e do arcaísmo). Queiroz enfatiza que essa distinção existia nos trabalhos europeus desde o início do século XIX, e tais coletividades eram consideradas pólos opostos irreduzíveis, fonte de tensões e desequilíbrios.

Lambert inspirou-se no trabalho realizado por André Veragnac, em 1914, que mostrava que a civilização arcaica, outrora dominante, persistia no meio rural mais longínquo, o qual se defendia bravamente contra as inovações provenientes do meio urbano. Para Veragnac, o desaparecimento da antiga civilização rural francesa era explicado pelas vias de comunicação, que promoviam a chegada da modernização aos pontos mais recuados da França. “Para o Brasil e na mesma década, Jacques Lambert invoca explicação semelhante para interpretar a aceleração do apagar-se das tradições nacionais, assim como a persistência delas em pontos de difícil acesso” (QUEIROZ, 1996, p.249).

No entanto, afirma Queiroz, a distinção entre um Brasil moderno e um Brasil arcaico

não se encontrava geograficamente delimitada nem mesmo tomava a forma de rigorosa separação entre o urbano e o rural. Isso mostra que mesmo efetuando uma abordagem sociológica, Lambert se coloca na perspectiva do pesquisador formado em leis; “a existência de normas, isto é, da prescrição do que se deve fazer, e também a verificação se eram efetivamente seguidas” (QUEIROZ, 1996, p.248).

Embora existisse nos trabalhos de Lambert uma diferenciação na população brasileira, ela estava rigidamente ligada a uma primeira diversificação regional (Sudeste/Nordeste, por exemplo) e a uma segunda diversificação demográfica (concentração urbana versus dispersão rural), endurecendo e delimitando os comportamentos.

Para Queiroz, a formação jurídica reflete-se também na maneira de Jacques Lambert focalizar seu objeto, que para ele é constituído de instituições, isto é, conjuntos socioculturais estruturados segundo formas e regras próprias, cujo pressuposto básico é que as instituições são freios para assegurar a estabilidade, opondo-se à dinâmica social e permitindo às coletividades a permanência no tempo. Entretanto, a autora nota que ao mesmo tempo em que Jacques Lambert escolhe a perspectiva da estabilidade, a constatação do conservadorismo de uma parte da sociedade brasileira introduz ambigüidade em sua maneira de pensar, já que se trata da parte mais atrasada. Assim, uma segunda posição do autor pode ser vislumbrada: um julgamento de valor leva-o a considerar como boa a parte moderna do país, justamente aquela que mais se aproxima do modelo europeu. Por isso o movimento é aceito e preconizado como necessário, desde que se destine a trazer a parte tradicional da sociedade até a que mais se aproxima do padrão de excelência.

Conforme o que foi dito, as pesquisas empreendidas pelos sociólogos paulistas se concentraram, num primeiro momento, nos estudos de comunidade, nas investigações sobre relações raciais, passando no início dos anos 60 para o estudo dos grupos sociais estratégicos nos processos de industrialização e urbanização. Essa mudança se deve ao fato de que foi nesse período que Fernando Henrique Cardoso, um dos integrantes do grupo de pesquisa, conseguiu a verba da Confederação Nacional da Indústria para fazer a pesquisa, criando-se então o Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho, o qual consolidou o grupo institucionalmente<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> O grupo de pesquisa foi formado por Florestan Fernandes, sociólogo renomado, professor catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Além de Fernando Henrique Cardoso, participaram desse grupo os sociólogos: Octávio Ianni, Luis Pereira, Maria Sylvia Carvalho Franco, Marialice Foracchi, entre outros.

O nosso grupo, através da fusão da herança empírica e metodológica de europeus e norte-americanos, e do avanço que pudemos dar através de nossas pesquisas e das descobertas que elas possibilitavam, conquistou rapidamente uma posição de vanguarda (FERNANDES, 1978, p.28).

As pesquisas desenvolvidas pelo Cesit faziam parte do projeto “Economia e Sociedade no Brasil” e tinha quatro linhas de investigação: sobre o empresário industrial; sobre o Estado; sobre o trabalho; e sobre as relações da urbanização com o crescimento econômico.

Segundo Fernandes, o grupo possuía uma visão clara do que o cientista social deve fazer na situação brasileira, latino-americana ou de países subdesenvolvidos; estudar as condições intrínsecas desses países.

Em relação à nossa posição em um país como o Brasil, a área na qual nós podíamos dar uma contribuição maior era exatamente o estudo das condições de desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil, na América Latina ou em outras situações análogas. [...] acabamos dando uma contribuição importante a uma área da Sociologia que poderia ser chamada sociologia econômica: a teoria do desenvolvimento econômico nas nações capitalistas dependentes. Esse acabou sendo o nosso principal foco de trabalho (FERNANDES, 1978, p.26).

A sociologia do desenvolvimento produzida pelos sociólogos uspianos apresentava assim uma posição crítica frente às teorias desenvolvimentistas.

A análise não expressa nenhum otimismo em relação a um processo de desenvolvimento homogêneo, sustentado e nacional. A desconfiança em relação ao desenvolvimento e ao nacional-populismo diferenciava-os do pensamento isebiano, em qualquer das suas etapas. [...] apesar da presença de referências teóricas comuns – como o pensamento cepalino e o marxismo – e a despeito dos diálogos travados, mesmo de modo indireto, os acadêmicos paulistas manifestavam clara desconfiança em relação à contribuição do Iseb (ARRUDA, 1995, p.201).

As discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento empreendidas pelo grupo de pesquisa, do qual Fernando Henrique fazia parte, certamente aparecem em suas obras.

Sociólogo formado pela Universidade de São Paulo, Fernando Henrique foi fortemente influenciado pelo ambiente intelectual da escola paulista. Sua tese de doutorado, que depois se tornou livro, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* é fruto de investigações sobre o negro nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nessa obra o autor faz uma abordagem dialética da formação da sociedade escravista no Sul e da sua transformação. O seu livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* faz parte das pesquisas realizadas no Cesit.

A partir de uma análise da constituição do capitalismo no Brasil, trabalhada no ângulo da ação do empresariado, o autor constata que as condições peculiares da burguesia nacional – ligada ao capitalismo internacional e bloqueada pela estrutura tradicional de dominação local que nunca chegaram a romper – acabaram por tornar o processo de desenvolvimento pontilhado de pontos de

estrangulamento e a dominação política da burguesia industrial incompleta e contraditória (ARRUDA, 1995, p.200)

Depois o autor escreve, junto com Enzo Faletto, o livro *Desenvolvimento e Dependência na América Latina: um ensaio de interpretação sociológica* (1969), onde formula a teoria da dependência, a qual segundo ele não poderia ter existido sem as duas obras anteriores.

*Desenvolvimento e Dependência na América Latina* foi escrito no período em que Fernando Henrique Cardoso esteve exilado no Chile, devido ao golpe militar de 1964. Cardoso afirma que duas coisas influenciaram-no a escrever o livro.

A primeira foi um seminário do qual participei, com os consultores e com o estado maior do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (órgão ligado à Cepal). Tratava-se de fazer uma reflexão sobre as análises da Cepal, uma coisa muito interessante. [...] A segunda coisa que me influenciou é que eu fui dar aulas na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) e na Faculdade de Economia do Chile, trabalhos que fazia de graça para não perder o contato com a vida acadêmica. Foi nas aulas da Flacso e nas da Faculdade de Economia que comecei a desenvolver as idéias que vieram a dar no livro *Desenvolvimento e Dependência na América Latina* (CARDOSO, 2001, p.79-80).

Nesse sentido, destaca que havia preparado, juntamente com José Medina, Enzo Faletto e Francisco Weffort, integrantes da Cepal, que não possuíam a visão burocrática predominante nessa agência, um documento com muita liberdade para ser apresentado no congresso mundial de sociologia na França em 1966. Não os deixaram apresentar esse documento, pois não podiam comprometer a Cepal.

Apesar disso continuamos a estudar os temas sociológicos, sobre os agentes sociais das mudanças, quem seriam os novos atores sociais etc. e fomos montando o quebra-cabeça da dependência e desenvolvimento. O primeiro texto que resultou disso foi um relatório, uma interpretação sociológica, uma crítica sociológica, feito por mim e pelo Enzo Faletto, que já era um esboço do que, no futuro, seria o livro. Era uma crítica aberta. O que estávamos criticando? Nós estávamos criticando várias coisas simultaneamente, mas basicamente o enfoque puramente econômico das questões do subdesenvolvimento. O relatório foi escrito em 1966. No final de 1967, virou o livro, que não foi publicado. O texto levou dois anos ou mais para ser publicado (CARDOSO, 2001, p.80-1).

Em *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto criticavam o estruturalismo da Cepal, o fracasso do processo de substituição de importações, e o projeto nacional desenvolvimentista defendido por essa agência com o objetivo de criar um capitalismo autônomo na região. Segundo os autores a perspectiva da Cepal, ao concentrar suas análises nas modificações do sistema produtivo, se reduzia a um economicismo que obscurecia o verdadeiro problema das economias periféricas – a fragilidade concernente à conformação e articulação das estruturas sociais e à forma como

seus interesses são representados no interior do Estado. Assim, em suas análises a dependência é analisada a partir das diferenças de estrutura e história dentro das nações dependentes e do relacionamento que o sistema nacional, dessas nações, mantém com o sistema capitalista como um todo.

Paralelamente à teoria da dependência desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, outro estudioso da questão do desenvolvimento, André Gunder Frank, também desenvolveu sua teoria da dependência.

As análises de Frank partiram de sua preocupação em apreender o conteúdo do subdesenvolvimento do terceiro mundo. Foi essa preocupação que fez com que o economista formado nos Estados Unidos pelo Swarthmore College e doutorado em economia pela Universidade de Chicago migrasse para a América Latina. O autor se considerava um keynesiano, e sua identificação com a perspectiva do bem-estar social levaram-no a ter problemas com o departamento da Universidade de Chicago.

Nesta universidade Frank participou de estudos, junto com antropólogos, o que o ajudou a compreender que os fatores realmente importantes para o desenvolvimento são políticos. Segundo o autor tornou-se mais claro para ele que todos os estudos de desenvolvimento e de pensamento de origem americana, incluindo o seu, não eram em toda a parte solução para os problemas de desenvolvimento. Em vez disso, foi realmente parte do problema, uma vez que procurou negar e ocultar os verdadeiros problemas e a solução real, que ficava na política.

O principal foco do autor era a justiça social, o que indica que estava mais preocupado com o desenvolvimento com equidade do que com desenvolvimento com eficiência. Isto o levou a criticar algumas reformas propostas na América Latina, por achá-las insuficientes. Para ele, os partidos comunistas latino-americanos eram muito reformistas. Era preciso substituir a remodelação capitalista pelo modelo socialista, e nesse sentido enfatizava sua confiança na maneira cubana, uma vez que Cuba teve desenvolvimento social e visível melhoria na educação, saúde, reduzindo a discriminação racial e de gênero, etc.

Assim, antes de escrever seus primeiros trabalhos teóricos, André Gunder Frank escreveu artigos criticando algumas dessas reformas. Escreveu uma crítica de um artigo sobre a reforma agrária por Jacques Choncol. Nele defendia a necessidade da revolução agrária para evitar a contra-reforma. Escreveu também um artigo sobre a “Ajuda ou Exploração?”, onde rebateu a afirmação de Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil, de que a ajuda externa ajudou muito o Brasil. Seu artigo continha uma proposição radical e números para

mostrar que o Brasil e a América Latina eram exportadores líquidos de capital para os Estados Unidos, que, longe de auxiliá-los, exploravam-nos.

Em 1962, Frank se mudou para Brasília para trabalhar na nova universidade, na qual ensinava teoria antropológica. Em Brasília escreveu seus primeiros trabalhos teóricos, os quais foram encaminhados ao mesmo tempo contra a teoria e política do desenvolvimento derivados da teoria do desenvolvimento neo-clássica e monetarista, contra explicações estruturalistas e keynesianas, contra a CEPAL, e a teoria marxista ortodoxa. Segundo o autor, independentemente de suas diferenças todas elas compartilhavam a opinião de que o subdesenvolvimento era original ou tradicional. Todas postularam que o desenvolvimento seria resultado das reformas gradual nas sociedades de economia dual, em que o setor moderno poderia expandir e eliminar o tradicional.

Em suas obras o autor argumentava contra o dualismo, procurando desenvolver uma leitura alternativa, uma interpretação e teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Nesse sentido, via como resultado de dependência o lado oposto do desenvolvimento dentro de um único sistema capitalista. *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia (1967)* é uma dessas obras. Neste trabalho, Frank rejeita a idéia de subdesenvolvimento original, sociedade tradicional, e posterior fase de crescimento, e a análise do desenvolvimento por meio de variáveis-padrão social neo-parsoniana, padrões culturais neo-weberiana e categorias psicológicas.

O capítulo procurou delimitar as condições históricas, sociais, econômicas e culturais da produção da sociologia do desenvolvimento, visto que o conhecimento é produzido em consonância com um contexto específico. Assim, buscou-se localizar os produtores do campo social – sociologia do desenvolvimento – bem como as suas referências, de onde extraem o padrão de cientificidade que deve ser seguido.

## **SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DO DESENVOLVIMENTISMO**

A análise dos textos da sociologia do desenvolvimento constitui o objeto deste capítulo, conforme foi dito no início da dissertação. Cumpre-se, então, o objetivo de pesquisa proposto: analisar a literatura da sociologia do desenvolvimento, buscando compreender qual a noção de desenvolvimento dessa sociologia. E, de que forma, nela está presente a questão do meio ambiente.

A análise dos textos da sociologia do desenvolvimento será feita empregando-se simultaneamente a análise de conteúdo, “pesquisa técnica cuja finalidade consiste em fazer inferências através da identificação sistemática e objetiva de características especificadas no interior do texto” (STONE, 1987, p.317) e a análise de discurso, cujo postulado diz que se constituirá um discurso o texto produzido em marcos de instituições, em um contexto interdiscursivo específico e revelador de condições históricas, sociais e intelectuais (FOUCAULT, 2003). Nesse sentido, ressalta-se que o discurso proferido pelos autores foi apreendido a partir de características do texto – o conteúdo – que permitiram fazer inferências. Para tanto, alguns índices serviram para criar categorias. Sabendo-se que “as categorias em que o conteúdo é codificado variam amplamente de uma pesquisa para outra e dependem da teoria do pesquisador e da natureza dos dados” (STONE, 1987, p.319), o referencial de codificação da pesquisa constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa. Assim, as categorias criadas procuram dar respostas às questões: qual a noção de desenvolvimento que os autores possuem? E de que forma nela está presente a questão ambiental?

A seguir apresenta-se a análise dos textos de Jacques Lambert, André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso.

### **1. Dos contrastes da estrutura social à sociologia dos contrastes**

A unidade de amostragem da produção intelectual de Jacques Lambert é o livro *Os dois Brasis* (1970). O capítulo “A sociedade dualista e o contraste da estrutura social entre os dois Brasis” foi escolhido como unidade sintática<sup>14</sup>, porque se acredita que nele está o núcleo

---

<sup>14</sup> As unidades de amostragem são normalmente definidas fisicamente e podem ser classificadas em alguns tipos, entre os quais estão as unidades sintáticas, que são aparentemente blocos sólidos naturais: capítulos em um livro; títulos, artigos ou frases em um jornal; cenas de filme ou tomadas em um filme. A unidade sintática mais óbvia é a palavra (BAUER, 2002, p.198).

da teoria do autor, a teoria desenvolvimentista. Algumas palavras desta unidade, em especial aquelas que aparecem grifadas nas citações do texto, serviram de índice para a categorização.

Lambert faz um diagnóstico da sociedade brasileira, tendo como ponto de partida a existência de duas sociedades, uma sociedade arcaica, miserável e imóvel e uma sociedade moderna, próspera e em constante transformação. Nessa direção, afirma o autor:

Apesar da diversidade de origens raciais da população brasileira, a unidade do país nunca esteve ameaçada pela multiplicidade das raças e das cores e, dada a grande sabedoria da política brasileira nesse terreno, é lícito esperar que todo perigo seja sempre evitado. Mas, se há uma **só** cultura e uma só nacionalidade de que se orgulham os brasileiros, essa cultura única tem **dois** aspectos, ou melhor, **dois** níveis bem diferentes. Os brasileiros estão divididos em **dois** sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida. Essas **duas** sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separadas por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade (LAMBERT, 1970, p.101; grifos meus)

Por conseguinte, o dualismo constitui a preocupação de origem na análise do autor. É a partir da caracterização das duas sociedades, do país desenvolvido e do país subdesenvolvido que se pode apreender a sua noção de desenvolvimento.

Em grande parte do Brasil, **velhas tradições** vêm resistindo aos anos. Há mais de quatro séculos os colonos portugueses e seus escravos africanos, depois de se terem misturado com os índios, organizaram-se em **pequenas comunidades**, cuja tranquilidade até à recente abolição da escravatura nada conseguiu perturbar. Essas comunidades, **esparsas** pelo interior ou agrupadas perto da costa, em torno das fazendas coloniais, separadas umas das outras e **todas isoladas** do estrangeiro, **resistiam à mudança** da mesma forma que as comunidades campestres indígenas de outros países. No decorrer do longo período de **isolamento colonial**, formou-se uma **cultura brasileira arcaica** que conserva ainda a marca da escravidão e do século XVI. Em contraste com essa cultura arcaica, principalmente, mas não exclusivamente rural, a atividade dos habitantes de São Paulo e, em seu redor, da maior parte dos Estados do Sul, acarreta a formação de uma **outra sociedade**, muito mais **móvel e evoluída**, que, sendo a sociedade dominante do Sul, **se projeta** aos poucos por toda parte, sobretudo nas grandes **idades**. O afluxo de imigrantes europeus, arrancados do seu meio originário e trazendo **novas técnicas e modos de vida**, o desenvolvimento de novas formas de agricultura, a criação de uma grande **indústria**, a concentração de **capitais** nacionais e estrangeiros, o desenvolvimento dos transportes, tudo contribuiu para unir **numerosas populações** em uma vasta sociedade em constante **evolução**. O Brasil do Sul é um país novo, ou pelo menos está-se tornando um país novo e já desenvolvido (LAMBERT, 1970, p. 102; grifos meus)

No trecho acima nota-se que desenvolvimento é sinônimo de modernização. As palavras usadas para descrever o país novo mostram que variáveis como urbanização, inovação tecnológica, adoção de um novo estilo de vida, industrialização e capitalização definem a idéia de desenvolvimento. Assim o lócus do desenvolvimento são as cidades, onde se propaga, numa concentração populacional, uma cultura urbana – sistema de valores, atitudes e comportamentos – propícia à modernização. Por outro lado, o país velho, composto por comunidades rurais dispersas, é caracterizado pelo atraso, pela imobilidade e por uma cultura arcaica que oferece resistência à mudança.

Ao longo do texto, o autor aborda os aspectos desses dois níveis de cultura, mostrando como eles interferem na organização da sociedade, como pode ser visto nos excertos seguintes:

As **pequenas comunidades rurais** - que vivem praticamente de uma economia fechada, separadas do mundo pela pobreza e pela ignorância - são fortalecidas por **estreita solidariedade econômica** e, nas **relações pessoais de patronato e clientela**, encontram também grande **solidariedade política**. A comunidade, na pessoa de seu chefe, interpõe a sua autoridade entre o Estado e os indivíduos. O **Brasil arcaico**, em contraste com os países ocidentais, ou o Brasil novo, **não é constituído por indivíduos e sim por comunidade** (LAMBERT, 1970, p.120; grifos meus)

[...] o Brasil novo apresenta uma estrutura social **menos hierarquizada**, porém mais complexa; uma estrutura que muda rapidamente. Parte do Brasil constitui uma vasta sociedade, cujos membros estão ligados **não por contactos pessoais**, mas pelas solidariedades indiretas, e bem mais amplas, na **divisão do trabalho** e das **instituições políticas** (LAMBERT, 1970, p.121; grifos meus).

Observa-se que a estrutura social dos dois Brasis são bem diferentes. Constituído por pequenas comunidades rurais, cujo sistema de organização econômico e social tem por base as relações pessoais entre proprietário (chefe) e empregados (trabalhadores), o Brasil velho não oferece perspectivas de mudança, uma vez que essas formas tradicionais de relação social não proporcionam uma mobilidade social e a produção para autoconsumo não traz enriquecimento. No Brasil novo, a civilização urbana é regida pela ótica do trabalho e por padrões impessoais de sociabilidade, são as instituições que regulamentam a economia e a política. Essa estrutura social corresponde ao desenvolvimento do estado capitalista moderno fundado em valores de racionalidade e eficiência (CASTLES, 2002). Nesse sentido, Lambert afirma:

Nas **regiões prósperas** do Estado de São Paulo, nas zonas de colonização organizada do Sul, nas vizinhanças das grandes cidades em geral, vê-se surgir uma **classe de agricultores independentes**, donos de pequenas propriedades familiares, que não absolutamente envolvidos nas relações de patronato. Acima de um proletariado rural, que não encontra mais quadros sólidos, forma-se uma **classe média rural**. Já não é mais **no mundo hierarquizado da fazenda**, mas **nos quadros econômicos** do mercado e **nos quadros políticos** do município, do Estado e da Federação, que se organiza a sociedade. [...] Quando a grande propriedade subsiste, já não é mais da mesma natureza; organizada agora para a **produção** e não mais para a **proteção**, cria **relações econômicas e não pessoais**; deixando de fornecer quadros sociais à população rural, não oferece muita resistência às mudanças. A grande fazenda de café de São Paulo parece, ao contrário, constituir um meio eficaz de transformação; [...] constitui a transição entre o **paternalismo** do interior e o **individualismo** da cidade (LAMBERT, 1970, p. 121-22; grifos meus).

As relações econômicas são mais importantes do que as obrigações sociais. O proprietário não tem o dever de dar assistência à comunidade, mas sim de produzir tendo em vista o enriquecimento. A comunidade, por sua vez, livre dos vínculos pessoais, pode mover-

se nessa nova estrutura, constituindo uma classe média. Desse modo, a estrutura social do país novo propicia desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Na visão do autor, “existem dois países entre os quais é difícil distinguir o verdadeiro”, uma vez que a economia dualista e a estrutura social dualista determinam tanto o atraso quanto o progresso do Brasil. Isso leva a crer que a questão do meio ambiente se desdobra em termos dualistas, pois, considerando a questão ambiental “como a relação entre homens e natureza, mas como uma faceta das relações entre os homens, isto é, como objeto econômico, político e cultural” (MORAES, 2005) pode-se afirmar que estrutura social e meio ambiente estão interligados.

Lambert argumenta que o Brasil possui terras em abundância, porém, contrário ao que se espera, essa abundância acaba obstaculizando o desenvolvimento, pois, “nessa grande propriedade, que tem terras em excesso e falta de capitais, é muito fácil repelir o progresso, evadir-se da civilização e do preceito do trabalho” (LAMBERT, 1970, p.115). Isso se deve principalmente porque a ocupação do território ocorreu de forma desordenada. Segundo o autor

[...] a colonização brasileira espalhou-se por um **território** excessivamente **vasto**. No Brasil nunca existiu uma verdadeira **fronteira** entre os territórios **explorados** e os que apenas começavam **a sê-lo**; [...] A possibilidade de evasão para o interior esgotou a colonização por uma constante hemorragia interna. Desde meados do século XVIII já haviam sido ocupados mais de quatro milhões de quilômetros quadrados, a metade do Brasil, e a sua população não era ainda de três milhões. Tendo sido colonizado muito cedo, **o Brasil já não era mais um país novo** quando os meios **modernos** de transporte tornaram possível uma **vida civilizada**. Pioneiros em demasia, **incapazes** de manter os **contactos** indispensáveis à manutenção de uma **civilização evoluída** em virtude do seu completo **isolamento**, só **devastavam o território que não conseguiam explorar**. Grande parte do Brasil foi assim apropriado antes de ter podido ser explorado; hoje esse território tem que ser reconquistado de uma população meio indígena, meio européia, empobrecida e ignorante [...] (LAMBERT, 1970, p.112; grifos meus).

Assim, a riqueza natural ou permanece inexplorada ou é mal explorada, de modo que a atuação do homem na natureza é praticamente nula, pois, conforme já foi dito, o sistema econômico se volta à produção para subsistência. Nessa direção, Lambert aponta que até mesmo a produção para subsistência é insuficiente, levando a sociedade do Brasil arcaico a padecer miséria e fome.

O caboclo brasileiro encontrou no **isolamento** a liberdade do **homem primitivo**, mas não produzindo mais do que este e, como este, sujeito aos imperativos do **clima** e do **solo**, também lhe conhece a **miséria**. [...] A miséria do interior do Brasil não é a miséria das regiões pobres da Europa Ocidental, mas a que precedeu a economia de troca; chega mesmo à fome e, apesar da fraca densidade da população, são as áreas rurais mais famintas do que as cidades. [...] O brasileiro padece também da fome dos primitivos que, por falta de intercâmbio, dependem muito da **natureza**; quando falha a colheita local, o homem do interior passa **fome**, porque os vizinhos também não produzem excedentes, e, quando os há, é difícil transportá-los e ainda mais difícil comprá-los para os que vivem

de uma economia restrita (LAMBERT, 1970, p.118-21; grifos meus).

Diante do exposto, percebe-se que a estrutura social arcaica torna o meio ambiente hostil, propiciando precárias condições de vida à população.

O autor constata que a grande propriedade é maléfica porque faz perpetuar a miséria. Contudo, ressalva que os danos causados

[...] é menos devido ao monopólio das terras e ao obstáculo que esse monopólio criou ao desenvolvimento da pequena propriedade familiar, do que à sua tendência a restringir os contactos sociais a um pequeno grupo primário e a favorecer o isolamento. **A fazenda tradicional, nunca foi**, de fato, senão em raras exceções, muito **bem organizada** do ponto de vista econômico, a ponto de barrar a pequena propriedade; é a fazenda moderna, racionalmente organizada do Estado de São Paulo, que elimina o posseiro (*squatter*) e o pequeno proprietário. [...] A grande propriedade brasileira é um mal, não porque seja desumana e brutal, mas porque não é suficientemente eficaz (LAMBERT, 1970, p.114-15; grifos meus).

De outro modo, a grande fazenda é mais prejudicial do ponto de vista econômico do que do ponto de vista social. O maior problema da grande propriedade é a não organização do empreendimento, que impede o desenvolvimento e destrói e empobrece a terra. Por isso, diz o autor: “Pode-se acusar a grande fazenda de **desperdiçar e empobrecer a terra que não é capaz de explorar**, de desperdiçar e empobrecer os homens que não sabe fazer trabalhar. Não se pode acusá-la, entretanto, de oprimir o caboclo, nem de lhe restringir a independência econômica” (LAMBERT, 1970, p.116; grifos meus).

Destarte, na sociedade arcaica, a relação que se estabelece entre homem, representado pela estrutura social capaz de transformar os aspectos estruturais e naturais do meio, e natureza é insatisfatória. Assim, o meio ambiente é degradado porque o homem não sabe gerir os recursos que possui.

Nesse sentido, ressalta-se que a estrutura social da sociedade moderna enobrece o meio ambiente, uma vez que a organização social e econômica visa o desenvolvimento e a melhoria do nível de vida da população.

Assim, para que o país alcançasse um desenvolvimento pleno, era necessário extinguir o dualismo, ou seja, o país subdesenvolvido, pólo arcaico, deveria absorver a cultura progressiva do país desenvolvido, pólo moderno. Nas palavras do autor:

Para conseguir a difusão da **cultura progressiva** por todo o país e tornar-se uma grande **potência moderna**, o Brasil terá de vencer resistências que países completamente novos, como os EUA (onde, entretanto, tais resistências bem menos vigorosas), só conseguiram à custa da Guerra de Secessão (LAMBERT, 1970, p. 107; grifos meus).

Observa-se aqui, outro aspecto importante na análise de Lambert: o difusionismo cultural. A nova cultura, oriunda dos países ocidentais desenvolvidos, faria com que o Brasil se tornasse um país moderno. Desse modo, era preciso difundir essa cultura. Nesse sentido, destaca-se que para o autor o dualismo não era um fenômeno novo, visto que em todas as sociedades persistia uma civilização arcaica que tendia a desaparecer na medida em que a nova cultura fosse difundida. Segundo ele:

[...] em parte alguma o desenvolvimento social se tem processado de forma regular. O desenvolvimento das civilizações sempre ocorreu em âmbitos regionais e, tal como acontece atualmente no Brasil, por toda parte o **motor da evolução** localizava-se nas **cidades**, de onde, mais tarde, se **irradiava a mudança para o campo**. Por toda parte, em seu início, o desenvolvimento da indústria aumentava a distância entre as cidades e o campo e **desagregava a cultura** dos países que se industrializavam (LAMBERT, 1970, p. 103; grifos meus)

Embora reconheça que o dualismo não é um fenômeno tipicamente brasileiro, Lambert argumenta que a diferença entre o campo e a cidade assim como a difusão cultural não ocorre da mesma forma em todos os países, trazendo o exemplo dos Estados Unidos da América, onde

[...] O **isolamento rural** não era tão grande que permitisse uma permanência muito prolongada do atraso e a mudança não era tão rápida de molde a determinar grandes atrasos. O país evoluía liderado pela cidade, mas todo ele evoluía e **a cultura**, transformando-se em seu conjunto, conservava **a sua unidade** através da mudança (LAMBERT, 1970, p. 104; grifos meus).

E acrescenta que no Brasil o dualismo é acentuado “porque a evolução de uma parte do país é extraordinariamente rápida e porque a imensidão do país e as dificuldades de comunicações tornam mais lenta a difusão dos novos traços culturais” (LAMBERT, 1970, p.106).

Portanto, para o autor a diversidade cultural não é necessariamente um obstáculo ao desenvolvimento, porque isso depende das condições em que a mesma se processa. O problema maior seria o isolamento, a ausência de comunicação que dificulta a difusão da cultura. Ressalta-se aqui que a existência de uma cultura única, progressiva é fundamental, na visão de Jacques Lambert, para o desenvolvimento do Brasil.

## 2. As antinomias do desenvolvimentismo

André Gunder Frank, no ensaio *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia* (1975), analisa a sociologia do desenvolvimento, produzida nos anos 60, nos países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos, para ser exportada e usada nos países

subdesenvolvidos. Segundo ele, esta

[...] sociologia do desenvolvimento revela-se não válida empiricamente quando confrontada com a realidade, teoricamente inadequada em termos de seus clássicos padrões de ciências sociais e politicamente ineficaz para efetivar suas supostas intenções de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (FRANK, 1975, p.111).

O autor faz uma avaliação minuciosa de algumas obras de cientistas sociais, as quais representam modalidades teóricas. O critério de escolha das abordagens se deve à importância que os próprios sociólogos do desenvolvimento atribuem a elas.

Manning Nash, até há pouco tempo diretor da EDCC<sup>15</sup>, disse: Há, em minha opinião, apenas três modos de enfrentar o problema da mudança social e do desenvolvimento econômico. O primeiro é o método de índices: as características gerais de uma economia desenvolvida são abstraídas como um tipo ideal, que, então, contrasta com os traços igualmente típico-ideais de uma economia e de uma sociedade pobres. De acordo com este modo, o desenvolvimento é considerado como a transformação de um tipo em outro. O segundo é a perspectiva de aculturação do processo de desenvolvimento. O Ocidente (considerado aqui como a comunidade atlântica de nações desenvolvidas e suas ramificações ultramarinas) difunde conhecimento, especializações, organização, valores, tecnologia e capital para uma nação pobre, até que, com o decorrer do tempo, sua sociedade, cultura e população se convertam em variantes daquilo que tornou economicamente próspera a comunidade atlântica. O terceiro... é a análise do processo tal como está ocorrendo agora nos chamados países subdesenvolvidos.<sup>16</sup> Esta abordagem conduz a uma hipótese de menor escala, mais a uma perspectiva do que a uma retrospectiva da mudança social, a um cômputo total dos contextos político, social e cultural do desenvolvimento (FRANK, 1975, p.112).

Frank acredita que esse resumo e essa classificação, feitas por Nash, “podem servir como um ponto de partida útil para nosso próprio exame e avaliação destas abordagens”, respectivamente denominadas, abordagem de índice típico ideal, abordagem difusionista e abordagem psicológica. Nesse sentido, constrói sua teoria do desenvolvimento a partir da análise crítica dessas abordagens. Destaca-se que embora tenha examinado cada enfoque separadamente, o autor vê algo em comum nesses enfoques: as três variantes supõem que

[...] o subdesenvolvimento seja um estado original que pode ser caracterizado por índices de tradicionalidade e que, conseqüentemente, a expansão consiste em abandonar estas características e adotar as dos países desenvolvidos e, possuem implicitamente a tese dualista, isto é, procuram analisar tanto as diferenças existentes entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos como as desigualdades que se observam dentro destes últimos (FRANK, 1975, p.163).

---

<sup>15</sup> Research Center in Economic Development and Cultural Change

<sup>16</sup> Chamada de abordagem psicológica, esse modo supõe que as idéias e a n (necessidade) de realização promovem a expansão econômica, ou seja, os valores, os motivos ou as forças psicológicas determinam a taxa de desenvolvimento econômico e social (FRANK, 1967).

Por isso, ainda que tenha discutido os pormenores de cada um, ressalta que sua crítica abrange o conjunto das obras. Assim sendo, a análise que aqui se empreende tomará como unidade sintática do ensaio duas abordagens, a de etapas históricas, uma das variantes do modo de índice típico-ideal,<sup>17</sup> e a difusionista. Buscar-se-á nessa unidade os argumentos usados por Frank para mostrar que a sociologia do desenvolvimento é inadequada e que, portanto, é preciso produzir outra sociologia do desenvolvimento, que dê conta do desenvolvimento do subdesenvolvimento, tese do autor.

A abordagem das etapas históricas diz respeito à teoria de Rostow. De acordo com esse autor

[...] é possível identificar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, classificadas em cinco categorias: a sociedade tradicional, os pré-requisitos para a “decolagem”, a “decolagem”, o impulso para a maturidade e a época do alto consumo de massa. Primeiramente, a sociedade tradicional. É uma sociedade cuja estrutura se desenvolve dentro de funções de produção limitadas, baseadas na ciência e na tecnologia pré-newtonianas, e em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico... A segunda etapa de crescimento apanha as sociedades no processo de transição; isto é, o período em que se desenvolvem os pré-requisitos para a “decolagem”; devido à demora para transformar uma sociedade tradicional no sentido necessário para ela explorar os frutos da ciência moderna, a fim de proteger-se dos rendimentos decrescentes e desfrutar os benefícios e opções permitidas pela marcha do interesse composto... a etapa dos pré-requisitos não surge endogenamente, mas sim de alguma intrusão externa de sociedades mais avançadas... Chegamos agora à grande divisão na vida das sociedades modernas: a terceira etapa desta seqüência, a “decolagem” que é o intervalo onde são finalmente superados os velhos obstáculos e resistências ao crescimento estável. As forças que assaltam o progresso econômico, que produziram rasgos e enclaves limitados de atividade moderna, expandem-se e chegam a dominar a sociedade. O crescimento torna-se sua condição normal [...] (ROSTOW apud FRANK, 1967, p.134).

Essas seriam as etapas pelas quais passariam as sociedades para atingirem o desenvolvimento. Frank afirma que, seguindo esse pensamento, as sociedades desenvolvidas foram uma vez subdesenvolvidas, e portanto, o subdesenvolvimento é a fase original daquilo que sejam as sociedades tradicionais. No entanto argumenta que “isto é bem contrário aos fatos. O enfoque do desenvolvimento econômico e cultural atribui uma história aos países desenvolvidos, mas negam toda história dos países subdesenvolvidos” (FRANK, 1975, p.135), quando se sabe que a história dos países hoje subdesenvolvidos sempre esteve relacionada à história dos países hoje desenvolvidos. Nessa direção, enfatiza:

De fato, a expansão econômica e política da Europa desde o século xv chegou a incorporar os países

<sup>17</sup> A outra variante do modo de índice típico ideal é a abordagem de variável padrão. Hoselitz, autor que exemplifica essa abordagem, afirma, entre os aspectos analisados em sua teoria, que os países desenvolvidos apresentam as variáveis-padrão de universalismo, orientação para a realização e especificidade funcionais, enquanto que os países *subdesenvolvidos* caracterizam-se por seus opostos – particularismo, atribuição e difusão funcional.

hoje subdesenvolvidos numa única corrente da história mundial, que originou, simultaneamente, o atual desenvolvimento de alguns países e subdesenvolvimento de outros (FRANK, 1975, p.135).

E constata que o subdesenvolvimento é resultado da incorporação de povos e terras ao sistema mundial mercantilista e depois capitalista. A relação histórica entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos transformou a estrutura social de ambos. “Entretanto, Rostow e outros examinaram os países desenvolvidos como se tivessem alcançado a sua expansão desvinculados desta corrente da história mundial” (FRANK, 1975, p.136), alegando que os países desenvolvidos, entre eles a Inglaterra, se industrializaram através de seus próprios recursos, depois de experimentarem mudanças estruturais internas. Segundo Frank isso é improvável pois

[...] nem a Inglaterra nem outros países se desenvolveram contando apenas com seus próprios esforços. [...] Se os países hoje subdesenvolvidos desejassem realmente seguir as fases de crescimento dos atualmente desenvolvidos, teriam de procurar ainda outros povos para explorar no subdesenvolvimento, como os países agora desenvolvidos já o fizeram (FRANK, 1975 p.142).

Diante do exposto, pode-se reafirmar que tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento decorrem do sistema mundial capitalista,

[...] é a estrutura deste sistema que constitui a causa histórica e o determinante ainda contemporâneo do subdesenvolvimento. Esta estrutura é ubíqua; estende-se desde a parte mais desenvolvida do país mais desenvolvido até a parte mais subdesenvolvida do país mais subdesenvolvido (FRANK, 1975, p.144).

Frank afirma que esta abordagem não poderia resolver os problemas do desenvolvimento e da mudança cultural, uma vez que não considera a realidade histórica e estrutural dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, contra-argumenta as etapas históricas de Rostow, afirmando que elas não correspondem à realidade. Diz o autor:

É impossível, sem se fechar os olhos, encontrar no mundo atual qualquer país ou sociedade que apresente as características da primeira etapa de Rostow, a tradicional. Isto não é surpreendente já que a construção das etapas de Rostow não se ocupa da história dos atuais países subdesenvolvidos, nem de suas relações cruciais, há vários séculos, com os atuais países desenvolvidos. [...] A sua segunda etapa, que contém os pré-requisitos da "decolagem" para o desenvolvimento econômico, é ainda mais notável por sua ausência. A característica da segunda etapa de Rostow é a penetração nos países subdesenvolvidos de influências criadas no exterior - sobretudo nos países desenvolvidos - e difundidas nestes, onde destroem o tradicionalismo e criam, ao mesmo tempo, os pré-requisitos que levarão à subsequente "decolagem" na terceira etapa. [...] Como observamos em relação à primeira etapa, as partes do mundo atualmente subdesenvolvidas da Ásia, África e América Latina, mesmo se tradicionais, no sentido rostowiano, [...] certamente foram e ainda são atingidas pelas condições internas e penetradas por influências que emanam das atuais metrópoles desenvolvidas. [...] A evidência contemporânea destes mesmos países demonstra que suas duas últimas fases são utópicas. Afinal de contas, se estes países estivessem agora na quarta etapa do impulso para a maturidade, ou na quinta, do alto consumo de massa, não iríamos chamá-los de subdesenvolvidos. [...] Segundo o cálculo de Rostow, ficamos, assim, só com a terceira etapa, na qual quisera nos fazer crer que havia

sintetizado teoricamente a mudança qualitativa dinâmica entre a estrutura do subdesenvolvimento e a do desenvolvimento. Entretanto, sua teoria não é dinâmica e ele não isola as características estruturais ou a mudança. De forma alguma ele incorpora à sua teoria a verdadeira estrutura do subdesenvolvimento e do desenvolvimento (FRANK, 1975, p.136).

Neste ponto, Frank acrescenta que Rostow comete um equívoco em relação à segunda etapa não apenas porque desconhece as relações entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos não vendo, portanto, que esses últimos sofrem influências dos primeiros, mas porque é justamente essa relação que os tornou subdesenvolvidos. “A relação das metrópoles mercantilistas e capitalistas com estas colônias teve êxito ao suplantando a estrutura preexistente - ou, no caso das situações **tabula rasa** da Argentina, do Brasil, e das Índias Ocidentais e de outros países - ao implantar as estruturas sociais política e econômica que têm atualmente: isto é, a estrutura do subdesenvolvimento” (FRANK, 1975, p.136; grifo do autor). A partir desse momento pode-se perceber com maior evidência a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento, defendida ao longo do texto. Segundo o autor “contrário à concepção da segunda etapa de Rostow - e, como veremos a seguir, contrário à maior parte da tese difusionista - quanto mais íntimo o contato passado destas regiões com a metrópole, mais subdesenvolvidos encontram-se atualmente” (FRANK, 1975, p.139).

A abordagem difusionista pressupõe que o desenvolvimento é consequência da difusão dos elementos culturais dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, o que implica a aculturação destes elementos pelos países subdesenvolvidos.

Observa-se que a difusão expande-se das metrópoles dos países desenvolvidos avançados para as capitais nacionais dos subdesenvolvidos, e destas, por sua vez, para as capitais do interior e finalmente para as regiões periféricas do interior. Segundo este ponto de vista, no qual o desenvolvimento consiste na difusão e aculturação e é promovido por estas, o subdesenvolvimento permanece devido aos obstáculos ou à resistência àquela difusão, e é tomado como o estado "tradicional" original (FRANK, 1975, p.145)

Vê-se mais uma vez que o subdesenvolvimento é entendido como um estado original. Frank examina a difusão dos fatores, enunciados por Nash como promotores do desenvolvimento, reclassificando-os em: 1) capital; 2) tecnologia, incluindo conhecimento e especializações e 3) instituições, incluindo valores e organização. Neste exame mostra que o subdesenvolvimento não é um estado original, mas sim oriundo da mesma estrutura e do processo histórico que resultou o desenvolvimento, conforme já foi visto.

[...] Quanto à difusão de capital levanta-se a preposição de que sendo pobres, os países subdesenvolvidos carecem de capital para investimento e, portanto, é difícil ou impossível desenvolverem-se e conseqüentemente saírem de sua pobreza. Portanto, os países desenvolvidos mais ricos podem, devem e de fato difundem capital nos subdesenvolvidos, promovendo, em consequência, o

seu desenvolvimento econômico (FRANK, 1975, p.145)

Ao analisar essa preposição, Frank traz alguns dados que evidenciam que ela não é verdadeira. Segundo ele:

Os orçamentos conservadores do Departamento de Comércio dos Estados Unidos mostram que entre 1950 e 1965 o fluxo total de capital para investimentos saído dos Estados Unidos para o restante do mundo foi de US\$23,9 bilhões, enquanto que a correspondente entrada de lucros foi de US\$37 bilhões, deixando uma renda líquida para os Estados Unidos de US\$13,1 bilhões. Deste total, US\$14,9 bilhões afluíram dos Estados Unidos para a Europa e para o Canadá, ao passo que US\$11,4 bilhões afluíram na direção oposta, deixando uma renda líquida de US\$3,5 bilhões para os Estados Unidos. Todavia, entre os Estados Unidos e todos os demais países, que são sobretudo os pobres e subdesenvolvidos, a situação é inversa: US\$9 bilhões de investimentos afluem para esses países enquanto que US\$25,6 bilhões de lucros de capital saem deles, ficando uma **renda líquida dos pobres para os ricos** de US\$16,6 bilhões. [...] Nestes cálculos não estão incluídos outros tipos de perda de capital pelos países subdesenvolvidos, tais como o notório escoamento de cérebros, ou entrada de capital humano, que foi financiada pelos países pobres para o subsequente benefício dos ricos. Quem, podemos perguntar, difunde capital para quem? (FRANK, 1975, p.147; grifos do autor)

O autor conclui dizendo que ao invés de contribuir para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, o investimento estrangeiro colocou uma série de obstáculos para o seu desenvolvimento.

Em relação à tecnologia, os difusionistas acreditam que há uma quantidade insuficiente de tecnologia difundida, e que a resistência cultural à sua aceitação constitui um obstáculo ao desenvolvimento. Frank argumenta que não é este o problema da tecnologia.

O problema da tecnologia e sua difusão surge da mesma estrutura monopolista do sistema econômico aos níveis mundial, nacional e local. Durante o curso do desenvolvimento histórico do sistema capitalista a estes níveis, os países desenvolvidos difundiram sempre em seus satélites coloniais dependentes a tecnologia cujo emprego, nos países coloniais e agora subdesenvolvidos, serviu aos interesses da metrópole; e a metrópole sempre suprimiu a tecnologia nos atuais países subdesenvolvidos (FRANK, 1975, p.153)

Percebe-se aqui que a imposição de uma tecnologia, cujos objetivos eram atender às demandas das metrópoles desenvolvidas, enriquecendo-as cada vez mais, desencadeou o subdesenvolvimento dos atuais países subdesenvolvidos. Nesse sentido, afirma o autor: “Longe de difundir uma tecnologia cada vez mais importante para os países subdesenvolvidos, a corrente tecnológica mais significativa de nossos dias é o grau crescente ao qual a nova tecnologia serve como base do controle monopolístico da metrópole capitalista, sobre suas colônias economicamente subdesenvolvidas” (FRANK, 1975, p.153).

Frank inicia o exame da difusão de instituições falando que “a difusão passada, presente e futura de instituições e valores das áreas desenvolvidas para as subdesenvolvidas é um fato incontestável. A construção de toda uma teoria de desenvolvimento econômico sobre

este fundamento é outro assunto” (FRANK, 1975, p.155). Uma vez que o liberalismo foi o tipo de instituição mais difundido dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, o autor concentra sua análise na difusão do liberalismo em suas formas econômica, política e social, procurando verificar se a mesma constitui uma política eficaz de desenvolvimento econômico.

A primeira observação feita é a de que o liberalismo econômico foi e é difundido sob circunstâncias específicas e particulares, as quais são determinadas pela estrutura do sistema econômico, social e político onde ocorrem. “Sua exportação, que parte da metrópole, é uma expressão dos interesses particulares dos que o difundem, assim como sua importação pelos países subdesenvolvidos é uma expressão dos interesses particulares dos que estão se lhe aculturando” (FRANK, 1975, p.156). Segundo Frank alguns exemplos esclarecem o fato de como o liberalismo econômico, nas economias nacionais dos países subdesenvolvidos, promove o monopólio e, assim, o subdesenvolvimento da maioria. Entre eles está

[...] a dispersão no século XIX, em nome do liberalismo, da terra reservada aos índios como propriedade comunal, sua distribuição em propriedade privada e conseqüente concentração monopolista, durante o momento histórico da reforma liberal - uma concentração que excedeu muito aquela dos tempos coloniais autocráticos. E, a concentração monopolista, geralmente ainda maior, das finanças, comércio, indústria e (ainda) de terras nos países subdesenvolvidos, sob a égide da "livre" empresa do mundo "livre” (FRANK, 1975, p.159)

Para Frank a difusão do liberalismo político, que acompanhou e seguiu a difusão do liberalismo econômico, não pode ser considerada muito diferente, acrescentando que “as relações entre os poderes econômico e político discutidas pelo Presidente Eisenhower em termos do "complexo industrial-militar” e por C. Wright Mills em *A Elite do Poder* são mais inerentes ainda aos países subdesenvolvidos do que aos desenvolvidos” (FRANK, 1975, p.160).

Quanto à difusão do liberalismo social, Frank diz que este moderno liberalismo promete promover a mobilidade social e as classes sociais médias nos países subdesenvolvidos e, assim como os demais liberalismos, “é considerado como o que conduz a uma sociedade democrática, mais aberta, capaz de um desenvolvimento econômico maior e mais rápido” (FRANK, 1975, p.160). No entanto, segundo o autor, longe de ajudar os países subdesenvolvidos a se desenvolverem, o liberalismo social os impedem. Na verdade, esse liberalismo bem como o liberalismo econômico e político é mais adequadamente descrito como liberalismo individual.

É a liberdade de uns poucos indivíduos de mudar, monopolizar e, desta forma, restringir os desenvolvimentos econômico, político e social como um todo. Aquelas pessoas que, nos países subdesenvolvidos, emigraram do campo para a cidade ou passaram de um **status** econômico e social mais baixo para um mais alto quase sempre dizem, de um modo ou de outro, que fizeram sua própria reforma ou revolução individual (FRANK, 1975, p.161; grifo do autor).

O liberalismo social, portanto, não promove mobilidade social e sim mobilidade **individual**, o que indica que não transforma a estrutura social. Pelo contrário, “uma mudança na estrutura social pode possibilitar a mobilidade **social** e o desenvolvimento econômico” (FRANK, 1975, p.161; grifo do autor).

Como se pode ver a análise crítica, empreendida por Gunder Frank, à sociologia do desenvolvimento resulta na tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para superar o subdesenvolvimento o autor propõe uma sociologia que leve em consideração o holismo, o estruturalismo e a historicidade, ou seja, que considere a estrutura do sistema social, que dá origem tanto ao desenvolvimento quanto ao subdesenvolvimento, em sua totalidade, atentando para o fato de que ambos pertencem ao mesmo processo histórico, qual seja a formação do sistema capitalista mundial.

Nesse sentido, enfatiza que as teorias da sociologia do desenvolvimento são inadequadas e insuficientes para resolver o problema da mudança social e do desenvolvimento econômico, visto que caracterizam, erroneamente, o subdesenvolvimento como um estado original tradicional e, possuem implicitamente a tese dualista, a qual não adere aos padrões do holismo, do estruturalismo e da historicidade.

[...] Os dualistas desafiam o holismo ao colocar explicitamente dois ou mais conjuntos teóricos para confrontar um único conjunto social que eles não podem ou não querem ver. Quanto ao estruturalismo, os dualistas são muito insuficientes, porque, se vêem qualquer estrutura e lidam com ela, fazem-no, quando muito, com as estruturas das partes. Não lidam com, inclusive negam, a existência da estrutura de, todo o sistema pela qual as partes estão relacionadas - isto é, a estrutura que determina a dualidade de riqueza e pobreza, de uma cultura e outra e assim por diante. Quanto ao desenvolvimento histórico dos fenômenos sociais que estudam, os dualistas e difusionistas ou negam qualquer história para uma parte em seu conjunto, ou observam a sua mudança social em andamento, sem a perspectiva histórica necessária para interpretá-la como convém; e se abstêm constantemente é claro, de fazer qualquer tipo e consideração quanto ao desenvolvimento histórico do sistema social, do qual o emissor que difunde e o receptor que acultura não são mais do que partes [...] (FRANK, 1975, p.165).

Assim, para o autor, a tarefa da teoria da ciência social “não consiste em ver o quão diferentes são as partes, mas, pelo contrário, em estudar o que relaciona as partes umas às outras a fim de se poder explicar por que elas são diferentes ou duais” (FRANK, 1975, p.166). Eliminar as diferenças pressupõe, então, mudar as relações que as produzem, “mudar a estrutura do sistema social **total** que origina as relações e, portanto, as diferenças da sociedade dual” (FRANK, 1975, p.166; grifo do autor).

Enfim, pode-se notar que o tipo de desenvolvimento que é objeto das abordagens da sociologia do desenvolvimento é prejudicial ao meio ambiente, concebido como o conjunto dos componentes físico-químicos, biológicos e sociais e, suas inter-relações. Conforme mostrou Frank a metrópole mercantil conquistou e colonizou as ex-colônias, hoje países subdesenvolvidos, para “explorá-las pelo estabelecimento de minas, de plantações de cana e de fazendas de gado exclusivamente comerciais” (FRANK, 1975, p.139). Essa exploração é responsável tanto pela destruição dos recursos naturais dos países subdesenvolvidos quanto pelo empobrecimento dos mesmos, pois segundo o autor

[...] quanto mais íntimo o contato passado destas regiões com a metrópole, mais subdesenvolvidos encontram-se atualmente. Entre os diversos exemplos estão as antigas regiões exportadoras de açúcar do Caribe e do Nordeste do Brasil e antigas regiões exportadoras de minérios de Minas Gerais no Brasil centro-oriental, das regiões andinas do Peru, da Bolívia e das famosas regiões mineiras de Zacatecas e Guanajuato, no México central (FRANK, 1975, p.139)

É importante ressaltar ainda que os danos causados ao meio ambiente se intensificam na medida em que a imposição de uma nova ordem econômica e social nos países subdesenvolvidos suplantou a estrutura preexistente dessas sociedades e assim destruiu a capacidade dos grupos humanos de gerirem suas estratégias de sobrevivência. De acordo com Frank, este foi

[...] o caso da Índia, que foi desindustrializada; da África, onde o comércio de escravos transformou a sociedade muito antes que o colonialismo o fizesse novamente; e da América Latina, onde as grandes civilizações incas e astecas foram completamente destruídas. [...] O mesmo também se aplica aos níveis nacional e local, nos quais a metrópole nacional promove a tecnologia no seu interior, que serve a seus interesses de exportação e suprime a preexistente tecnologia agrícola e artesã individual ou comunal, interferindo no uso da capacidade produtiva e aquisitiva dos habitantes do interior e do capital para o desenvolvimento metropolitano (FRANK, 1975, p.153).

Percebe-se, mais uma vez, que estrutura social e meio ambiente estão interligados. Entretanto, não se nota aqui a existência de duas estruturas sociais, uma que proporciona desenvolvimento, enobrecendo o meio ambiente e outra que degrada o meio ambiente por causar subdesenvolvimento. Ao contrário do que acredita Lambert, nota-se na teoria de Frank a existência de uma estrutura única que determina a dualidade de riqueza e pobreza. Por conseguinte, o subdesenvolvimento de vários povos é determinado por essa estrutura, que impõe a maneira como os homens devem lidar com a natureza.

A afirmação de que “o isolamento de povos indígenas, pastores e outros diminui com o tempo até que estejam bem integrados na sociedade nacional, que então deixa de ser dual” (FRANK, 1975, p.165), não é verdadeira. A não integração social é determinada pela estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista e “pelos esforços parcialmente bem

sucedidos desses povos para se defenderem das conseqüências da exploração desse sistema” (FRANK, 1975, p.165).

Destarte, a degradação do meio ambiente, nos países subdesenvolvidos, ocorre porque a gestão dos recursos, naturais e humanos, está voltada apenas para o desenvolvimento das metrópoles. Nesse sentido, conforme afirma Frank quanto maior a influência dos países desenvolvidos nos países subdesenvolvidos maior será o subdesenvolvimento.

### 3. Para além do desenvolvimentismo: desenvolvimento e dependência

No livro *Desenvolvimento e dependência na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (2004[1969]) Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto analisam o desenvolvimento da América Latina, procurando mostrar a natureza social e política deste processo. Nesse sentido, a proposta dos autores ultrapassa os aspectos econômicos do desenvolvimento, abrangendo os fatores sociais, entretanto, não se trata de justapor estes àqueles, mas sim de compreender o desenvolvimento em si mesmo como um processo social. Aí se encontra o objetivo do livro: “explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, o que exige um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.36)

Destaca-se que os autores não estão preocupados em estabelecer uma definição de desenvolvimento, mas em elaborar uma abordagem que contemple a dimensão econômica e social do desenvolvimento, considerando sempre que o econômico é determinado pelo social. O segundo capítulo do livro, “Análise integrada do desenvolvimento”, traz essa abordagem. Nele está presente o ponto de intersecção teórico mencionado, o qual nos permite apreender a noção de desenvolvimento dos autores. Nessa direção, este capítulo, juntamente com a introdução (capítulo 1), que traz a colocação do problema do desenvolvimento dos países latino americanos, constitui a unidade sintática de análise.

Nesta unidade a discussão sobre o desenvolvimento da América Latina tem como ponto de partida a situação dos países latinos americanos após a Segunda Guerra Mundial. Cardoso e Faletto observam que neste período

[...] como conseqüência da crise de 1929, certas economias latino-americanas, que haviam acumulado divisas em quantidades apreciáveis e que se haviam beneficiado da defesa automática do mercado interno provocada pela guerra, pareciam achar-se em condições de completar o ciclo denominado de "substituição de importações" e iniciar, sobre uma base firme, a etapa de produção de bens de capital, destinada a produzir a diferenciação dos sistemas produtivos (CARDOSO; FALETTTO; p.17)

Assim, parecia que alguns países da América Latina podiam finalizar o processo de industrialização e iniciar transformações econômicas capazes de alcançar um desenvolvimento auto-sustentado. Passava-se, então,

[...] tanto na prática como na teoria, de uma fase em que a industrialização era concebida como um recurso complementar para um processo de desenvolvimento - baseado na exportação de produtos primários - e, além disso, como uma espécie de alternativa forçada para os períodos de contração do mercado internacional, a uma formulação teórica e a um conjunto de expectativas, apoiadas na convicção de que o industrialismo sucederia à expansão das exportações, complementando assim um ciclo de crescimento e inaugurando uma fase de desenvolvimento auto-sustentado. Este deveria basear-se nos estímulos do mercado interno e na diferenciação do sistema produtivo industrial, o que conduziria à criação de uma indústria própria de bens de capital (CARDOSO; FALETTTO, p.17-8).

Nesse sentido os autores argumentam que, em princípios da década de 1950, em países como Argentina, México, Chile, Colômbia e Brasil alguns dos pressupostos do desenvolvimento auto-sustentado já estavam dados, de modo que

[...] a política de desenvolvimento deveria concentrar-se em dois pontos: a) na absorção de uma tecnologia capaz de promover a diversificação da estrutura produtiva e de aumentar a produtividade; b) na definição de uma política de inversões que, através do Estado, criasse a infra-estrutura requerida por essa diversificação (CARDOSO; FALETTTO, p.19).

Desse modo, o pressuposto geral era que “as bases históricas da situação latino-americanas apontavam para um tipo de desenvolvimento eminentemente nacional”, onde o fortalecimento e modernização do Estado garantiriam uma política de desenvolvimento ativa e eficaz.

Segundo os autores, essa política de desenvolvimento, até certo ponto, surtiu efeitos, indicando que o desenvolvimento auto-sustentado e autônomo de alguns países da América Latina seria possível. No entanto, após o apogeu do processo de substituição de importações, as economias latino-americanas encontravam-se estagnadas, mostrando que as hipóteses dos economistas não eram suficientes para promover um desenvolvimento auto-sustentado e autônomo. Neste ponto, afirmam:

Em alguns países como o Brasil, principalmente nos anos 50, [...] o processo substitutivo de importações alcançou a fase de implantação de bens de capital que, por suas características, parecia implicar a instauração de uma etapa nova e de natureza irreversível da industrialização brasileira, pois o efeito multiplicador da produção de equipamentos costuma acarretar um forte dinamismo econômico. Além disso, este tipo de indústria, diferentemente do que ocorre de forma usual quando existe apenas a produção de bens de consumo, não permite facilmente a reconversão das indústrias ou sua eliminação nos períodos de crise. Os fatos, entretanto, tampouco neste caso parecem confirmar o otimismo inicial, pois ao auge a que se chegou através do processo de substituição de importações seguiu, nos anos 1960, um período de estagnação relativa no qual continua submergida a economia brasileira. Dos três países que mais avançaram industrialmente, apenas um parece haver mantido durante maior tempo uma taxa de crescimento elevada. É o caso do México [...] (CARDOSO; FALETTTO, p.21).

Diante dessa constatação, Cardoso e Faletto levantam alguns questionamentos. Por que com tantas condições aparentemente favoráveis para passar da etapa de substituição de importações para outra em que se abriram novos campos de produção autônoma, orientadas para o mercado interno, não houve a continuidade do desenvolvimento? Seria possível manter a hipótese de que faltaram as condições institucionais e sociais que haveriam de permitir que as condições econômicas favoráveis se traduzissem em um movimento capaz de garantir uma política de desenvolvimento? E, generalizam

[...] a sugestão implícita na pergunta sobre as causas da insuficiência dinâmica das economias nacionais que apresentavam perspectivas tão favoráveis. Até que ponto o fato mesmo da Revolução mexicana, que rompeu o equilíbrio das forças sociais, não terá sido o fator fundamental do desenvolvimento alcançado posteriormente? Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo das forças políticas e sociais que atuaram na década "desenvolvimentista", os responsáveis tanto do resultado favorável como da perda do impulso posterior do processo brasileiro de desenvolvimento? (CARDOSO; FALETTTO, p.22-3)

Por conseguinte, introduzem o que chamam de análise integrada do desenvolvimento, a qual busca vincular os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais. Assim, consideram o desenvolvimento

[...] como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai-se modificando à medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade (CARDOSO; FALETTTO p.34).

Percebe-se, então, que ao conceber a interação dos grupos e classes sociais como o principal fator do processo de desenvolvimento, os autores inserem em sua abordagem o ponto de intersecção que permite explicar os processos econômicos enquanto processos sociais.

Verifica-se que Cardoso aplica aqui a experiência dos estudos empreendidos pelo grupo de pesquisas do CESIT. Conforme o que se viu no segundo capítulo desta dissertação, este grupo possuía uma visão clara de que nas situações de subdesenvolvimento o cientista social deveria estudar as condições intrínsecas dos países subdesenvolvidos, o que implicava estudar as condições de desenvolvimento das sociedades de classes.

Conseqüentemente, a noção de subdesenvolvimento assume outra conotação. Cardoso e Faletto argumentam que para uma interpretação global do desenvolvimento é necessário redefinir a situação de subdesenvolvimento, levando em consideração seu significado histórico particular. Para tanto é preciso “buscar categorias que expressem os diferentes

momentos e características estruturais do processo histórico - alguns de natureza interna aos países e outras externa - significativos para o desenvolvimento” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.35). Desse modo, “o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.35).

No caso dos países latino americanos a explicação teórica da estruturas de dominação implica estabelecer as conexões que se dão entre os componentes estruturais internos e externos. Nesse sentido, o conceito de dependência, que se refere à vinculação entre o sistema econômico e o sistema político tanto dentro das nações subdesenvolvidas quanto no relacionamento que elas mantêm com o sistema capitalista como um todo, expressa as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas dessas conexões.

É importante ressaltar que, para os autores, embora os conceitos de dependência e o de centro e periferia ajudem a explicar a situação de subdesenvolvimento, este não se reduz àqueles.

[...] não seria suficiente nem correto propor a substituição dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento pelos de economia central e economia periférica ou - como se fossem uma síntese de ambos - pelos de economias autônomas e economias dependentes. De fato, são distintas tanto as dimensões a que estes conceitos se referem quanto sua significação teórica. A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo - apesar de, como vimos, isso implicar algumas "consequências" sociais - sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc.). As noções de "centro" e "periferia", por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.39 - 40).

Essa distinção mostra que a situação de subdesenvolvimento e a situação de dependência nem sempre ocorrem simultaneamente. “Uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.40). Exemplo disso é o caso da Argentina e do Brasil que alcançaram determinado grau de maturidade econômica com o processo de substituição de importações e o início da produção de bens de capital. Por outro lado,

[...] uma sociedade nacional pode ter certa autonomia de decisões, sem que por isso o sistema produtivo e as formas de distribuição da renda lhe permitam equiparar-se aos países centrais desenvolvidos, nem sequer a alguns países periféricos em processo de desenvolvimento. Acontece essa hipótese, por exemplo, quando um país rompe os vínculos que o ligam a um

determinado sistema de dominação sem se incorporar totalmente a outro (Iugoslávia, China, Argélia, Egito, Cuba e inclusive o México revolucionário) (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.40).

Como se pode ver nos exemplos, as sociedades subdesenvolvidas podem atingir um nível de desenvolvimento e, no entanto, continuarem sendo nações dependentes, tal o caso de alguns países latino americanos. Nessa direção, os autores apontam que há uma diferença entre as situações de dependência colonial e as situações de dependência das nações subdesenvolvidas.

Neste último caso há desde o começo uma dupla vinculação do processo histórico que cria uma "situação de ambigüidade", ou seja, uma nova contradição. Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação - como no caso das lutas anticolonialistas -, o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. Nisso radica, talvez, o núcleo da problemática sociológica do processo nacional de desenvolvimento na América Latina (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.44).

Por isso, enfatiza-se a necessidade de uma análise integrada do desenvolvimento nas situações de subdesenvolvimento nacional, onde a dependência seja vista a partir de seus aspectos externos e internos.

A situação de "subdesenvolvimento nacional" supõe um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função de "interesses nacionais"; isso caracteriza as sociedades nacionais subdesenvolvidas não só do ponto de vista econômico, mas também da perspectiva do comportamento e da estruturação dos grupos sociais (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.44).

Os autores ressaltam que a ação dos grupos sociais “se refere sempre à nação e às suas vinculações de toda ordem com o sistema político e econômico mundial”, por isso é válido centrar a análise do processo de desenvolvimento nacional no âmbito das nações dependentes, posto que

[...] a dependência encontra assim não só "expressão" interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.44).

Destarte, percebe-se que a análise integrada do desenvolvimento traz uma interpretação sobre o desenvolvimento da América Latina, na qual se busca esclarecer que a situação de subdesenvolvimento deve ser analisada não apenas em termos estruturais, mas também em termos históricos.

Todavia, embora a situação de subdesenvolvimento tenha se originado historicamente quando a expansão do capitalismo incorporou economias distintas em um mercado mundial,

no caso de subdesenvolvimento nacional é necessário que se reconheça a situação de ambigüidade descrita anteriormente. Nesse sentido não é possível supor que as decisões que afetam a economia dos países subdesenvolvidos sejam tomadas apenas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas, como no caso das situações de subdesenvolvimento colonial, visto que após a independência, a dinâmica e economia das sociedades subdesenvolvidas “apresenta-se simultaneamente como reflexa e autóctone, na medida em que a expansão do centro encontra situações nacionais que tornam possíveis diferentes tipos de aliança, de resistência e de tensão” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.48).

Assim, conforme já foi dito, a dependência da situação de subdesenvolvimento nacional implica uma forma de dominação que se manifesta nos modos de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com o exterior.

Pode-se notar ao longo do texto que o discurso sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento proferido pelos autores diferencia-se de outros enfoques sociológicos e também da visão de desenvolvimento que a Cepal possuía.

A concepção de que o desenvolvimento é um processo eminentemente social, mostra que estavam convictos de que o crescimento econômico por si mesmo não era capaz de garantir um desenvolvimento auto-sustentado e autônomo, conforme sustentava o pensamento cepalino.<sup>18</sup>

Contudo, vê-se que embora critiquem o fracasso do processo de substituição de importações, Cardoso e Faletto afirmam que esse processo propiciou a alguns países latino-americanos, entre eles Brasil e Argentina, atingirem um nível de desenvolvimento. Isto reforça o pensamento dos autores quanto à distinção entre os conceitos de subdesenvolvimento e dependência, levando-os a sustentar possibilidades de desenvolvimento dependente. Entretanto, de acordo com o que se viu a dependência não se restringe aos fatores externos, aos vínculos que as nações mantêm com o mercado internacional, mas se expressa, sobretudo, nas relações internas entre as classes sociais.

São justamente os fatores político-sociais internos - vinculados, como é natural à dinâmica dos centros hegemônicos - os que podem produzir políticas que se aproveitem das "novas condições" ou das oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, as forças internas são as que redefinem o sentido e o alcance político-social da diferenciação "espontânea" do sistema

---

<sup>18</sup> Como se viu no capítulo 2 desta dissertação, a CEPAL concentrava seus esforços em políticas de desenvolvimento como o processo de substituição de importações a partir da intervenção do Estado, porque acreditava que com o processo de industrialização os países latino-americanos teriam bases autônomas de desenvolvimento, podendo superar o subdesenvolvimento.

econômico (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.42).

Nesse sentido os autores argumentam que essa nova forma de desenvolvimento possui um sistema político – “no qual se articulam a economia do setor público, as empresas monopolistas internacionais e o setor capitalista moderno da economia nacional” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.168) - que possibilita a ação econômica dos grupos sociais que controlam tais setores econômicos.

Com efeito, para essa forma de desenvolvimento supõe-se o funcionamento de um mercado cujo dinamismo baseia-se, principalmente, no incremento das relações entre produtores – entre as próprias empresas – que se constituem nos “consumidores” mais significativos para a expansão econômica. Em consequência, para aumentar a capacidade de acumulação desses “produtores-consumidores” é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.168).

Percebe-se assim que o desenvolvimento dependente trouxe algumas consequências, visto que as transformações econômicas e sociais, resultantes dos processos políticos, atingiram apenas alguns grupos sociais das sociedades subdesenvolvidas.

[...] o desenvolvimento, a partir desse momento, realiza-se intensificando a exclusão social, e já não só das massas, mas também de camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior, cuja principal alternativa agora é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se em forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 169).

Enfim, de acordo com o que se viu, a noção de desenvolvimento, expressa na abordagem de Cardoso e Faletto, não menciona o meio ambiente, visto que não há índices que se refiram ao ambiente físico ou a inter-relação entre homem e natureza.<sup>19</sup>

Acredita-se que isso se deve ao fato de que a maior preocupação dos autores é demonstrar que o poder econômico se expressa como dominação social e política. Desse modo, o desenvolvimento/subdesenvolvimento não provém de uma estrutura dual (Lambert) ou de uma estrutura única (Frank) responsável pela gestão dos recursos naturais e consequentemente pela riqueza ou pobreza de uma determinada sociedade. O desenvolvimento/subdesenvolvimento é resultado de uma “estrutura social e política que se vai modificando à medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade”.

Todavia, embora não se observe alguma referência à relação entre estrutura social e

---

<sup>19</sup> Buscou-se no conteúdo do texto palavras ou frases que compreendesse recursos naturais, ocupação territorial e exploração do meio ambiente.

meio ambiente, pode-se afirmar que a teoria de Cardoso e Faletto converge com o movimento ecológico e com a discussão ambiental encampada pela Cepal.

Segundo Machado (2005), na década de 70, ao ser convocada para participar da Conferência de Estocolmo, a Cepal foi compelida a enfrentar os desafios colocados em torno da relação meio ambiente e desenvolvimento. Nesse sentido, a Comissão

[...] dirigiu seus esforços em relação à problemática ambiental numa dupla linha de ação: na produção e sistematização de informações sobre recursos e as condições ambientais da região e na busca de estratégias para nortear a inserção da dimensão ambiental nas políticas de desenvolvimento (MACHADO, 2005, p. 99).

Nesta última perspectiva a questão ambiental foi tratada no interior das discussões acerca da necessidade de reorientação do estilo de desenvolvimento predominante. É aí que se encontra a contribuição da teoria da dependência, formulada por Cardoso e Faletto.

Como se viu a Cepal estava preocupada em colocar os países latino-americanos nos rumos do desenvolvimento e por isso propunha políticas de desenvolvimento que promovessem o desenvolvimento econômico da região. “Os aspectos sociais do desenvolvimento não eram objeto específico das primeiras análises cepalinas, ficando subentendido que os benefícios de uma economia sólida, auto-centrada e autônoma seriam estendidas a toda população de maneira automática” (MACHADO, 2005, p. 106). Foi a partir do surgimento da teoria da dependência, que emergiu no interior da própria instituição, que a Cepal começou a superar os limites teóricos e práticos identificados em suas análises.

Muito desse esforço de renovação foi resultado do trabalho de sociólogos que haviam sido incorporados aos quadros da Comissão por meio do ILPES. [...] assim quando a questão social se constituiu em um aspecto central dos debates sobre as estratégias de desenvolvimento, a Cepal pode servir-se de discussões que vinham sendo acumuladas e amadurecidas no seio da instituição. Foi, inclusive, nos desdobramentos dessas reflexões de cunho mais sociológico que foram estabelecidas dentro da Cepal, as linhas de aproximação com os marcos da teoria da dependência. (MACHADO, 2005, p.208-09).

Por conseguinte, a partir das “interfaces com as inovações metodológicas propostas pela emergente teoria da dependência, principalmente em sua vertente mais política”, a Cepal reorienta suas análises, deslocando o foco central do discurso do desenvolvimento do econômico para o social. Assim,

A reorientação do estilo perverso de desenvolvimento passou a ocupar o centro das discussões da Cepal. É, pois, no interior da discussão sobre os estilos de desenvolvimento que a problemática ambiental vai sendo inserida no conjunto de preocupações da Comissão. À medida que se aprofundam as discussões nesse sentido, produz-se uma crescente aproximação da questão ambiental com a questão social. [...] portanto, depois de absorver grande parte do conteúdo que definia

a questão social, a questão ambiental torna-se o eixo de um conjunto de proposições que irão desembocar no Discurso do Desenvolvimento Sustentável (MACHADO, 2005, p. 212).

Percebe-se, então, que a proposta de Cardoso e Faletto de conceber o desenvolvimento como um processo eminentemente social contribui com as discussões da Cepal no que se refere à reorientação do estilo de desenvolvimento, pois a comissão que possuía uma visão extremamente economicista passou a se preocupar com os aspectos sociais do desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empreendida nesta dissertação se propôs a estudar desenvolvimento, modernidade e meio ambiente no campo científico da sociologia do desenvolvimento. Nesse sentido, à guisa de conclusão, retoma-se a discussão desses conceitos bem como a relação que se estabelece entre eles.

De acordo com que se viu pode-se entender o desenvolvimento como um empreendimento eminentemente moderno, pautado no progresso e aprimoramento da técnica.

O desenrolar da modernidade, aliada à ciência e à técnica, fornece garantias ao progresso, avalizando o mercado e o Estado como elementos aliados e organizadores da sociedade. A ciência é quem pode fornecer ao homem um amparo moral e ético, uma crença, enfim não mais em Deus, é certo, mas no próprio homem. Visando o progresso e o futuro, propõe-se a adequação dos meios, do presente, para a felicidade prometida na realização dos fins (BRITO; RIBEIRO, 2003).

No entanto, conforme foi dito na p.9, a contradição entre os princípios e lógicas da modernidade, problema inerente à própria lógica capitalista, levou ao desmantelamento do projeto da modernidade, pois os homens modernos constataram que não mais possuíam o amparo da promessa de realização de um futuro ancorado no suposto da razão, no progresso, no individualismo, na igualdade e na ciência. Consequentemente, a noção de desenvolvimento também foi posta em questão, passando-se a discutir a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo – desenvolvimento sustentável, que incorporaria a questão do meio ambiente.

Antes de retomar a discussão da proposta do desenvolvimento sustentável e então verificar em que medida apresenta rupturas e continuidades com as interpretações de desenvolvimento defendidas pelos teóricos da sociologia do desenvolvimento, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre as causas do fracasso do projeto da modernidade, visto que a noção de desenvolvimento sustentável surgiu como uma tentativa de superação da crise da sociedade moderna. Para tanto, recorrer-se-á à argumentação sobre modernidade feita por Jürgen Habermas.

Habermas (1998), ao falar do conceito de modernidade, se reporta a Max Weber, que enfatizava a relação íntima entre modernidade e racionalismo ocidental, o qual se refere ao processo de desencanto que levou a desintegração das concepções religiosas, gerando uma cultura profana na Europa. Nesse sentido, a idéia de modernidade está ligada ao desenvolvimento da arte européia, mas não se aplica apenas à arte, pois “não foi apenas a

profanização da cultura ocidental que Max Weber descreveu do ponto de vista da racionalização, foi sobretudo o desenvolvimento das sociedades modernas” (HABERMAS, 1998, p.13).

Segundo o autor, o projeto da modernidade consistia em desenvolver em suas respectivas especificidades, as ciências objetivantes, os fundamentos universalistas da moral e do direito, e a arte autônoma, mas ao mesmo tempo consistia também em liberar os potenciais cognitivos assim acumulados de suas elevadas formas esotéricas, aproveitando-os para a prática, ou seja, para a configuração racional das relações de vida. Nesse sentido, as artes e ciências não fomentariam apenas o controle das forças naturais, mas também a interpretação de si mesmo e do mundo, o progresso moral, a justiça das instituições sociais e mesmo a felicidade dos homens.

No entanto, a teoria da modernidade transformou-se em teoria da modernização. Ao ser introduzida como *terminus* a palavra **modernização** caracteriza uma abordagem teórica que retoma a problemática posta por Max Weber, mas a elabora com os meios postos à disposição pelo funcionalismo das ciências sociais.

Assim o conceito de modernização, generalizado pela teoria da evolução, sustenta a modernidade como um estado final, como uma ideia de completude e perfeição. Para Habermas a teoria da modernização procede da abstração do conceito de modernidade de Weber. Ao dissociar a modernidade de suas origens européias, essa abstração quebra as conexões internas entre a modernidade e o contexto histórico do racionalismo ocidental, de tal modo que os processos de modernização deixam de poder ser concebidos como racionalização, como objeção histórica de estruturas racionais.

Uma vez desfeita as conexões internas entre o conceito de modernidade e autocompreensão da modernidade, adquirida dentro do horizonte da razão ocidental tornar-se-ia possível relativizar os processos de modernização, como faz um observador pós-moderno que constata que chegamos à pós-modernidade, visto que a história das ideias está terminada, que a cultura moderna se cristalizou, porque todas as possibilidades nela contidas já foram desenvolvidas nos seus componentes fundamentais.

Habermas observa que esses gestos “pós” decorrem de despedidas apressadas, adequadas aos períodos de transição, que esse adeus à modernidade se dirige à capa exterior de uma autocompreensão cultural da modernidade que parece ter sido já ultrapassada.

Nesse sentido, Brüseke (1996) sustenta que uma geração de cientistas e novos filósofos como Guatari, Deleuze, Foucault, Baudrillard, Lyotard e muitos outros, quis se

despedir de um projeto que não conseguiu cumprir suas promessas. Mas, curiosamente, usou as armas dessa época, usou o discurso racional e o melhores argumento, para se fazer entender.

Parece-nos que a crise não está na razão, mas na sociedade moderna, não na idéia da modernidade, mas em sua realização. Achamos que podemos identificar como motor da desestruturação de vastas partes da sociedade global a aplicação parcial da razão, ou usando uma expressão do Habermas, a racionalização parcial (BRÜSEKE, 1996, p. 113).

Habermas introduz o conceito de racionalização parcial, partindo da constatação de que o capitalismo caminhou para uma racionalização não-equilibrada da economia e das outras esferas vitais. A racionalidade administrativa e econômica ocupou as formas expressivas e morais-práticas de racionalidade. Assim, a racionalidade parcial ganhou uma suposta universalidade. O projeto da modernidade, apoiando-se apenas na racionalização de processos técnicos e econômicos, uma racionalização parcial portanto, traiu o iluminismo e particularizou a razão universal.

Segundo Brüseke (1996), o desenvolvimento sustentável se propõe a nada menos do que resgatar uma racionalização completa, o que inclui o respeito aos próprios limites da razão, buscando um equilíbrio entre as diferentes lógicas do social, do econômico e do ecológico.

De forma breve, apresenta-se as bases epistemológicas e o contexto intelectual do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável para que se entenda melhor a proposta do mesmo.

No contexto da Conferência de Estocolmo e como parte das iniciativas de criação e implementação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o termo “ecodesenvolvimento” foi usado pela primeira vez por Maurice Strong, em 1973, para caracterizar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento. Buscava-se através desse conceito caracterizar uma “ideia-força” que fosse capaz de direcionar de forma criativa, iniciativas de dinamização econômica sensíveis ao fenômeno da degradação do meio ambiente e da marginalização social, cultural e política. Pensava-se inicialmente nos desafios suscitados pela situação característica das zonas rurais dos países em desenvolvimento. O conceito foi reelaborado no ano seguinte por Ignacy Sachs (1974). Na nova versão, ecodesenvolvimento designa um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos localizados não só em áreas rurais, mas também urbanas (VIEIRA, 1998). De acordo com Brüseke (1996), Sachs formulou os princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento: a) a

satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; f) programas de educação. Os debates sobre ecodesenvolvimento levaram a reconceitualização do termo, hoje denominado desenvolvimento sustentável.

Em suma, o conceito de desenvolvimento sustentável traz a possibilidade de um paradigma de desenvolvimento amparado no tripé **eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social**. Como se pode ver trata-se do projeto de um desenvolvimento equilibrado da sociedade global e nesse sentido visa recuperar a função da razão na modernidade e sua capacidade de emancipação, de outro modo, recuperar a racionalização de todas as esferas da sociedade.

A propósito de uma comparação entre as tradicionais teorias do desenvolvimento social e a teoria do desenvolvimento sustentável, procura-se aqui contrapor a noção de desenvolvimento e a questão ambiental presente na análise dos textos dos sociólogos do desenvolvimento com a noção de desenvolvimento e a questão ambiental sustentadas pelos estudos mais difundidos de desenvolvimento na atualidade.

Desse modo, pode-se perceber quais são as rupturas e as continuidades do desenvolvimento sustentável em relação ao desenvolvimento tradicional, o que também indica perceber o que já estava presente na sociologia do desenvolvimento, ou seja, a atualidade do pensamento de cada um dos autores analisados. De antemão, nota-se que André Gunder Frank é o autor cujo pensamento mais se aproxima da teoria do desenvolvimento sustentável.

Na visão de Lambert o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos seria possível assim que o dualismo econômico e social fosse extinto através do difusionismo cultural, existindo apenas a cultura moderna. Para tanto o autor defendia a necessidade da incorporação de uma cultura progressiva, oriunda dos países ocidentais desenvolvidos, a qual substituiria a cultura arcaica, para se alcançar um desenvolvimento pleno.

Vê-se que a teoria do desenvolvimento sustentável rejeita essa ideia, pois além de propor estratégias de desenvolvimento endógenas para os países menos desenvolvidos (em vez de transplantar o modelo de desenvolvimento do Norte), defende a existência de um sistema social que respeite a autonomia dos povos e a diversidade de culturas e nesse sentido o desenvolvimento deve ocorrer em consonância com os valores de determinada sociedade, respeitando-se as particularidades ao invés da imposição de uma uniformidade de

desenvolvimento (SACHS, 2008). Contudo, segundo Vieira (1998), o critério de autonomia estimula a percepção da diversidade de contextos socioambientais, recomendando soluções específicas para problemas e necessidades específicas em cada área de planejamento, mas não nega a importância de um intercâmbio criativo com o exterior.

Assim, percebe-se que o preceito de respeitar a cultura não significa o isolamento de populações, que seriam propensas à miséria e à ignorância. Nesse sentido, ressalta-se que a perspectiva de desenvolvimento sustentável não descarta a necessidade do uso de novas tecnologias e da implementação de programas de educação, os quais eram preconizados por Lambert.

Um exemplo disso é a recente estratégia de promover o desenvolvimento de regiões carentes pelo agronegócio. A notícia, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), afirma que essa é uma forma de garantir integração social para os produtores da agricultura familiar. Para estes, uma das alternativas para fugir dos custos elevados seria o associativismo. Além de viabilizar a compra de equipamentos para ser usado em conjunto, sua reunião em associações de produtores permite maior poder de barganha para negociar preços e produtos no mercado. Entretanto, várias barreiras precisam ser superadas para que esta estratégia de desenvolvimento seja alcançada. Entre elas estão o baixo investimento em educação e formação do produtor e, ausência de incentivos à assistência técnica. Segundo Peres (2011, p.56), técnica em planejamento e pesquisa do Ipea, “as novas funções estão relacionadas à sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional. Portanto, não é possível realizar a inserção dos produtores sem o acompanhamento educacional e a assistência técnica adequada”.

Em relação à inovação tecnológica, Sachs (2008) argumenta que as atividades de subsistência deveriam passar por um processo de modernização. A orientação para a subsistência é um dos aspectos estruturais dos países menos desenvolvidos. Alguns domicílios rurais e mesmo urbanos são, em grande parte, auto-suficientes e na medida em que as atividades de subsistência absorvem muito mais tempo de trabalho do que as atividades direcionadas ao mercado, elas deveriam ser incluídas numa estratégia de desenvolvimento, já que sua modernização teria efeito duplo: a) inovações técnicas na agricultura de subsistência, na criação de animais, no suprimento e na estocagem de água assim como a disseminação de conhecimentos práticos de economia doméstica e de higiene teriam efeito imediato no bem-estar das pessoas, na sua saúde e na sua capacidade de trabalhar; b) ao melhorar a produtividade do trabalho doméstico, tornando-o mais leve e encurtando as longas horas

gastas diariamente, tal modernização liberaria algum tempo para que as mulheres se engajassem em atividades orientadas para o mercado e/ou em alguma atividade de lazer; no caso das crianças em idade escolar, este tempo liberado iria para estudos e diversões.

Outro ponto em que se pode verificar a atualidade do pensamento de Lambert é o ordenamento territorial. Como se viu no capítulo anterior o autor chama a atenção para a ocupação desordenada do território, visto que em virtude do isolamento os homens devastavam o território que não conseguiam explorar. Consequentemente a gestão dos recursos era inadequada, conduzindo a degradação do meio ambiente e ao empobrecimento dos homens. Segundo Moraes (2005) a retomada contemporânea da ideia de ordenamento territorial pode fornecer um útil instrumento para alavancar o crescimento e a justiça social que a nação requer. Nesse sentido, o ordenamento territorial faz parte dos critérios de desenvolvimento sustentável e preocupa-se com o território em seu conjunto, “atentando para a densidade de ocupação, as redes instaladas e os sistemas existentes (de transporte, comunicação, energia, etc.)” (MORAES, 2005, p.144).

De acordo com a análise realizada, André Gunder Frank é o autor que se posiciona de forma mais crítica em relação à questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento. Frank deixa claro que o subdesenvolvimento faz parte da mesma estrutura que proporciona o desenvolvimento, o que significa que a situação de subdesenvolvimento é consequência da exploração de muitos países pelos países desenvolvidos. Aqui se encontra uma primeira aproximação entre o pensamento do autor e a tese do desenvolvimento sustentável, que enfatiza a necessidade de se reduzir a desigualdade social e econômica no âmbito das nações e entre elas.

Vieira (1998) aponta que a maior parte das nações e organismos internacionais tem sido incapaz de fazer frente à natureza global da questão ambiental – o agravamento do fosso em termos de renda e riqueza entre os dois hemisférios e a relutância na implementação efetiva das resoluções firmadas. Nessa direção, Sachs (2008) afirma que a reunião de Joanesburgo, realizada em 2002, foi uma oportunidade perdida para deslanchar a transição planetária para o desenvolvimento sustentável, cujo conteúdo envolveria um acordo Norte/Sul, aumentando substancialmente o fluxo real de recursos do Norte para o Sul (por meio da ajuda e, mais ainda, do comércio justo), estimulando simultaneamente as economias em crise do Norte.

A análise da tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento mostra que a exploração, realizada pelos países desenvolvidos, é responsável não só pelo

subdesenvolvimento e destruição de recursos naturais de muitos países, mas também pela imposição de uma nova ordem econômica e social, que intensifica os danos causados ao meio ambiente na medida em que suplanta a estrutura preexistente de sociedades e assim destroem a capacidade dos grupos humanos de gerirem suas estratégias de sobrevivência.

A respeito disto, Brüseke (1996) argumenta que a instalação de um projeto industrial em uma região não industrializada pode conduzir ao caos. Dada a superioridade da ordem industrial, ela interfere na ordem preexistente e não industrial, a qual vai sendo dissolvida ou profundamente mudada. Em resumo afirma: “as estruturas quebradas serão integradas somente na nova ordem, se elas têm com a ordem implantada um mínimo de afinidade” (BRÜSEKE, 1996, p.123). Nesse sentido, se um sistema socioeconômico interfere no outro que tem um grau significativamente distinto de ordem, surge caos. O processo de racionalização industrial de uma região não industrializada significa então a criação de uma nova estrutura racional (ordem) e por outro lado a criação de uma zona caótica, uma vez que “a racionalização industrial capitalista em relação à totalidade das dimensões econômicas, sociais e ecológicas significa apenas uma racionalização parcial” (BRÜSEKE, 1996, p.124). Por isso, conforme já foi salientado, o desenvolvimento sustentável não nega a importância de inovações tecnológicas para promover o desenvolvimento de regiões, porém ressalta que esse desenvolvimento deve ocorrer em consonância com o contexto socioambiental de determinada sociedade, respeitando-se as especificidades em cada área de planejamento.

Na formulação teórica de Cardoso e Faletto o desenvolvimento é concebido como um processo eminentemente social. Nesse sentido, ultrapassam os aspectos econômicos do desenvolvimento, propondo uma análise integrada do desenvolvimento, cujo objetivo é demonstrar que o poder econômico se expressa como dominação social, ou seja, como política. Como se viu essa forma de abordar o desenvolvimento trouxe uma perspectiva diferente de se compreender a situação de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Ao considerar que a dependência da situação de subdesenvolvimento nacional implica uma forma de dominação que se manifesta nos modos de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com o exterior (dependência externa e interna), os autores criticaram a visão economicista da Cepal, que acreditava que as políticas de desenvolvimento econômico eram suficientes para promover o desenvolvimento auto-suficiente e autônomo da América Latina. E, desse modo, contribuíram, posteriormente, com as discussões da Cepal acerca da necessidade de reorientação do estilo de desenvolvimento, na qual a problemática ambiental foi inserida no conjunto de preocupações da Comissão, passando-se a incorporar grande parte

do conteúdo que definia a questão social na questão ambiental.

Por fim, cabe destacar que a teoria do desenvolvimento sustentável se contrapõe a teoria do desenvolvimento tradicional. Ao agregar novos elementos a este conceito, ela tem como perspectiva uma correção no rumo do desenvolvimento. Entretanto, afirma Brito e Ribeiro (2003)

[...] o que assistimos é a dificuldade para que tais formulações de fato alcancem esse patamar em vista da ausência de força analítica do conjunto das teses. Isto porque o desenvolvimento sustentável agrega internamente diferentes composições que determinam a diversidade de conceitos e práticas, fruto também de variadas representações e valores associados à noção de sustentabilidade e produzidos entre alguns atores - as agências multilaterais, consultores técnicos, ideólogos do desenvolvimento, organizações não-governamentais, cientistas, movimentos sociais - sem que haja ainda hegemonia entre os discursos (BRITO; RIBEIRO, 2003, 149-50).

Nessa direção, Machado (2005) destaca que a gênese do discurso do desenvolvimento sustentável resulta de disputas de interesse e poder travadas em torno da definição de estratégias de encaminhamento da problemática ambiental, no âmbito das relações entre países e regiões na esfera global. No entanto sua dinâmica produtiva, sua reprodução e sua dispersão não se restringem a essa esfera.

De acordo com a autora, o discurso do desenvolvimento sustentável é um dispositivo tático que tanto pode servir para legitimar quanto para desqualificar ações ou práticas no interior de uma disputa de interesses. Prova disso é que o apelo do discurso do desenvolvimento sustentável arrefeceu, pois se observa que as estratégias discursivas do discurso do desenvolvimento competitivo e as estratégias discursivas do discurso do desenvolvimento sustentável, ao longo da década de 1990, tendem a se fundir, fazendo desaparecer a cisão provocada pela emergência da problemática ambiental e dando lugar a reunificação do discurso do desenvolvimento. Desse modo, seja entre os adeptos ou entre os críticos, há uma espécie de consenso de que a noção de desenvolvimento sustentável é imprecisa, frágil, plástica e ambígua.

Pode-se observar aqui que embora o desenvolvimento sustentável tenha como ponto de partida uma perspectiva multidimensional que envolve economia, ecologia e política ao mesmo tempo, seu arcabouço se encontra inacabado. Nesse sentido percebe-se que a problemática da incerteza, da imprecisão e da complexidade que acompanha a sociedade moderna não é nova e ainda não foi superada, visto que assim como no desenvolvimento tradicional há contradições quanto à noção de desenvolvimento, no desenvolvimento sustentável não se possui um consenso quanto à noção de sustentabilidade.

Assim, o desenvolvimento sustentável traz consigo a possibilidade de superação da

crise da sociedade moderna, mas “essa proposta não resolve de antemão todos os problemas. Não acaba de vez, e somente devido à escolha de uma atitude otimista, com a incerteza que Habermas identificou como característica da época na qual vivemos” (BRÜNSEKE, 1996, p.111). Contudo, acredita-se que muitas das teses do desenvolvimento sustentável bem como algumas teorias da sociologia do desenvolvimento contribuem para o reconhecimento da chamada crise da modernidade e da modernização e possuem uma função de “guia” para uma discussão construtiva sobre o futuro do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria Arminda N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995, v.2.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean, C.; PASSERON, Jean, C. **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1983.

BRITO, Nara; FERREIRA, Luiz O. Os intelectuais no mundo e o mundo dos intelectuais: uma leitura comparada de Pierre Bourdieu e Karl Mannheim. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

BRITO, Daniel C.; RIBEIRO, Tânia G. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. **Ambiente & Sociedade**. V. 5, n.2, ago/dez. 2002 – v.6, n.1, jan/jul. 2003.

BRÜSEKE, Franz J. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, Leila C.; VIOLA, Eduardo (orgs). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas – SP: UNICAMP, 1996.

CARDOSO, Fernando H; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, Fernando H. Entrevista. In: BASTOS, Elide R.; ABRUCIO, Fernando.; LOUREIRO, Maria R.; REGO, José M. (org). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: 34, 2006.

CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. **Sociologia, estudos e práticas**, n. 40, p.123-148, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n40/n40a7.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2008.

TENÓRIO, Roberto. Inclusão pelo campo. **Desafios do desenvolvimento**. Brasília: Ipea. Ano 8, n.64, p.48-56, 2011.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FÁVERO, Maria L.; PEIXOTO, Maria C. L.; SILVA, Ana E. G. Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1951). **Cad. Pesq.**, São Paulo, v.78, p. 59-71, agosto 1991.

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

FIGUEIREDO, Vilma. **Desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003

FRANK, André G. Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia. In: DURAND, José C. G. (Org). **Sociologia do Desenvolvimento II**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. **The underdevelopment of development**. Disponível em: <[www.rrojasdatabank.info/agfrank](http://www.rrojasdatabank.info/agfrank)>. Acesso em: 28 de abril de 2010.

GIULIANI, Gian M. A questão ecológica, a indústria e o capitalismo. **Raízes**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.19, p.9-15, maio/1999. Disponível em:<[http://www.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo\\_40.pdf](http://www.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_40.pdf)>. Acesso em: 16 de outubro de 2009.

GRACIOLLI, Edílson J.; DUARTE, Pedro H. E.. **A teoria da dependência**: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: 5º Colóquio Marx e Engels, 2007. Anais do 5º Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2007. v. 1. p.1-10. Disponível em:<[www.unicamp.br/cermax/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicações/gt3/sessao4](http://www.unicamp.br/cermax/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicações/gt3/sessao4)>. Acesso em: 27 de março de 2010.

HABERMAS, Jürgen. A consciência de época da modernidade e sua necessidade de autocertificação. In\_\_\_\_\_. **O discurso filosófico da modernidade**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia**: o pensamento sociológico brasileiro. São Paulo: Ática, 1989.

IÑIGUEZ, Lupicínio. Prática da análise do discurso. In: \_\_\_\_\_ (Coord). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

LIMA, Nísia T. Valores sociais e atividade científica: um retorno à agenda de Robert Merton. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

LIMA, Gustavo F C.; PORTILHO, Fátima. Sociologia Ambiental: formação, dilemas e perspectivas. **Revista Teoria & Sociedade**. Belo Horizonte: UFMG. n.7, p.241-276, junho/2001. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~revistasociedade/7.htm>>. Acesso em: 16 de outubro de 2009.

MACHADO, Vilma. F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio – 92**. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MERTON, Robert K. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: \_\_\_\_\_. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989, v.1.

MORAES, Antônio C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, Luiz. Caracterização do subdesenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Pioneira, 1975.

QUEIROZ, Maria I. P. O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros. In: HAMBURGER, Amélia, I.; DANTES, Maria A. M.; PATY, Michel.; PETITJEAN, Patrick (orgs.). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, 1996.

RABÊLO, Francisco C. E. Sociologia da ciência, sociologia do conhecimento e epistemologia. In:\_\_\_\_\_. **O “programa forte” em sociologia da ciência** - um estudo de caso. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Theotonio. **O desenvolvimento Latino Americano**: passado, presente e futuro. **Textos para discussão**. Niterói, RJ: UFF. Série 1. n.2, p.3-22, 2002. Disponível em: <[www.rrojasdatabank.info/agfrank](http://www.rrojasdatabank.info/agfrank)>. Acesso em: 28 de abril de 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura. O social e o político na transição pós-moderna. In: \_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

STONE, Paul. A análise de conteúdo da mensagem. In: COHN, Gabriel (Org). **Comunicação e indústria cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

MUHR, Thomas. User's Manual for ATLAS.ti 5.0. Long Island, USA, ResearchTalk Inc., 2004.

VIEIRA, PAULO F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R.; WARREN, Ilse S.; GUIVANT, Júlia S.; VIEIRA, Paulo F.; KRISCHKE, Paulo J. (orgs). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

VILLAS BÔAS, GLAUCIA. **Mudança Provocada**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

## Anexo

Fernando Henrique Cardoso - ATLAS.ti

File Edit Documents Quotations Codes Memos Networks Views Tools Extras Windows Help

P-Docs P 1: Introdução Quotes 1:1 Ao terminat Codes análise integrat Memos ME - 24/03/11 {1-Me} - Super

001 CAPÍTULO I Introdução

002

003 Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, parecia que alguns países da América Latina estavam em condições de completar o processo de formação de seu setor industrial e de iniciar, ademais, transformações econômicas capazes de alcançar um desenvolvimento auto-sustentado. Com efeito, depois de reorganizar a produção e os mercados, alterados como consequência da crise de 1929, certas economias latino-americanas, que haviam acumulado divisas em quantidades apreciáveis e que se haviam beneficiado da defesa automática do mercado interno provocada pela guerra, pareciam achar-se em condições de completar o ciclo denominado de "substituição de importações" e iniciar, sobre uma base firme, a etapa de produção de bens de capital, destinada a produzir a diferenciação dos sistemas produtivos. Nesses países o mercado interno parecia bastante amplo para estimular o sistema econômico e se contava, além disso, que a transferência da mão-de-obra dos setores de baixa produtividade - principalmente do campo - para os setores de alta produtividade seria um fator de ampliação do mercado. Mais tarde, por volta de 1955, considerou-se necessário um novo elemento para garantir o desenvolvimento: a redistribuição da renda. Esses fatores, atuando em conjunto, pareciam suficientes para assegurar o automatismo do crescimento, provocado, a partir de um certo momento, pelos simples estímulos do mercado.

004 Esta possibilidade, solidamente apoiada pela conjuntura econômica, foi expressa teoricamente nos trabalhos mais significativos sobre o desenvolvimento econômico escritos na América Latina. Passava-se assim, tanto na prática como na teoria, de uma fase em que a industrialização era concebida como um recurso complementar para um processo de desenvolvimento - baseado na exportação de produtos primários - e, além disso, como uma espécie de alternativa forçada para os períodos de contração do mercado internacional, a uma formulação teórica e a um conjunto de expectativas, apoiadas na convicção de que o industrialismo sucederia à expansão das exportações, complementando assim um ciclo de crescimento e inaugurando uma fase de desenvolvimento auto-sustentado. Este deveria basear-se nos estímulos do mercado interno e na diferenciação do sistema produtivo industrial, o que conduziria à criação de uma indústria própria de bens de capital.

005 Os vínculos com o mercado internacional continuariam atuando, tanto pela necessidade de assegurar compradores para os produtos de exportação quanto pela necessidade de obter inversões

desenvolvimento auto sustentado

desenvolvimento auto sustentado

desenvolvimento e dependência

Loaded PT: P 1: Introdução FHC.rtf, <HUPATH>\Introdução FHC.rtf

ANSI CP: 0 09:39

Iniciar Fernando Henrique C... Imagem - Paint